

Fundamentos de Hebiatria

Questões do século XXI

Org. Viviane Colares



Fundamentos de Hebiatria

Questões do século XXI

© Viviane Colares 2022

Produção editorial: Vanessa Pedroso
Revisão: Helen Bampi
Imagem de Capa: Africa Studio (Shutterstock)
Capa: Nathalia B. Cecconello
Editoração: Nathalia B. Cecconello

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

CIP-Brasil, Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

F977

Fundamentos de hebiatria [recurso eletrônico] : questões do século XXI / Alison Nery dos Santos ... [et al.].

1. ed. | Porto Alegre [RS] : Buqui, 2022.

recurso digital

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

ISBN 978-85-8338-626-1 (recurso eletrônico)

1. Medicina do adolescente. 2. Livros eletrônicos. I. Santos, Alison Nery dos.
22-78529 | CDD: 613.0433 | CDU: 613.96

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

Todos os direitos desta edição reservados à

 Buqui Comércio de Livros Eireli.

Rua Dr Timóteo, 475 sala 102

Porto Alegre | RS | Brasil

Fone: +55 51 3508.3991

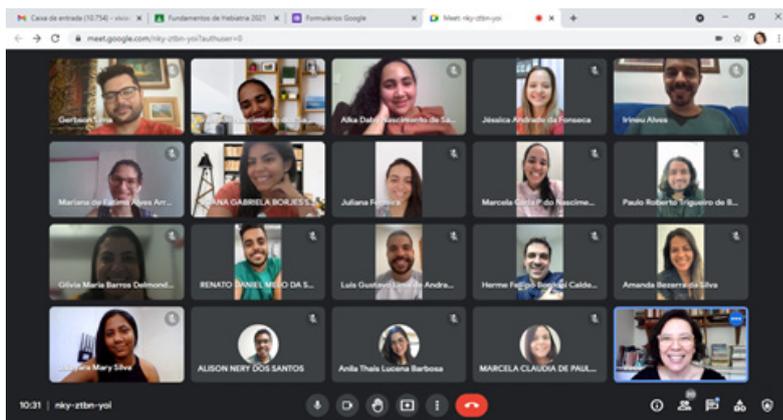
www.editorabuqui.com.br

www.facebook.com/buquystore

www.instagram.com/editorabuqui

AUTORES

ALISON NERY DOS SANTOS
ALKA DABY NASCIMENTO DE SALES
AMANDA BEZERRA DA SILVA
ANILA THAIS LUCENA BARBOSA
GERBSON LIMA
GLÍVIA MARIA BARROS DELMONDES
HERME FELLIPO BORDONI CALDEIRA
IRANEIDE NASCIMENTO DOS SANTOS
IRINEU ALVES
JAIZYARA MARY SILVA
JÉSSICA ANDRADE DA FONSECA
JOANA GABRIELA BORJES SOARES
JULIANA FERREIRA
LUIS GUSTAVO LIMA DE ANDRADE
MARCELA CARLA P DO NASCIMENTO
MARCELA CLAUDIA DE P. OLIVEIRA
MARIANA DE FÁTIMA ALVES ARRUDA
PAULO ROBERTO T. DE B. MARQUES
RAQUEL DE FÁTIMA S. F. DE LIMA
RENATO DANIEL MELO DA SILVA
VIVIANE COLARES



PREFÁCIO

Esse e-book é resultado dos trabalhos elaborados na disciplina Fundamentos de Hebiatria ofertada em 2021 no Programa de Pós-Graduação em Hebiatria: determinantes de saúde na adolescência da Universidade de Pernambuco.

Neste ano, os temas abordados foram relacionados influência das redes sociais na construção das identidades dos adolescentes, os desafios dos profissionais de saúde frente à violência doméstica contra adolescentes em tempos pandêmicos, o consumo de álcool e suas repercussões na saúde mental, a educação de adolescentes sobre gênero e sexualidade nas escolas e a importância do letramento em saúde para os adolescentes.

A adolescência, segunda década de vida, apresenta questões desafiadoras na promoção e na manutenção da saúde. Esse grupo etário sofre forte impacto psicossocial, além dos fatores biológicos relacionados a esse período de mudanças e adaptações.

O adolescente está em constante desenvolvimento e crescimento, com características encantadoras, e, muitas vezes, conflitantes. O estudo da adolescência constitui campo amplo e instigante, requerendo uma perspectiva multi e interdisciplinar.

Com prazer e satisfação, apresento este trabalho, fruto do estudo e discussão de grupo heterogêneo de pós-graduandos, cuja meta comum é melhor compreender a adolescência, como forma de contribuir para elucidar questões relevantes para essa fase da vida.

Boa leitura!

Viviane Colares

Recife, 10 de novembro de 2021.

SUMÁRIO

1. REDES SOCIAIS ON-LINE E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DOS ADOLESCENTES.....	06
2. DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE FRENTE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA ADOLESCENTES EM TEMPOS PANDÊMICOS.....	27
3. REPERCUSSÕES DO CONSUMO DE ÁLCOOL NA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES.....	39
4. EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO NARRATIVA.....	69
5. A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO EM SAÚDE PARA OS ADOLESCENTES.....	85

1. REDES SOCIAIS ON-LINE E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DOS ADOLESCENTES

Alison Nery dos Santos

Gerbson da Silva Lima

Marcela Carla Pereira do Nascimento

Marcela Claudia de Paula Oliveira

Paulo Roberto Trigueiro de Brito Marques

Viviane Colares

INTRODUÇÃO

As relações humanas no século XXI vêm se estabelecendo de forma peculiar e diferenciada em comparação a qualquer outro momento da história, sob a redoma do desenvolvimento científico e tecnológico que tem se expandido de maneira inédita. Antes que qualquer objeto ou bem de consumo se fixe como bem de uso, ele se torna obsoleto, assim como vem acontecendo com as relações entre os indivíduos.

O pensamento de Marx e Engels (2008), mesmo que estruturado há quase dois séculos, ainda se torna coerente à realidade contemporânea, já que afirmam que a transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanente distinguem a época burguesa das demais. Todas as relações rígidas e enferrujadas e seus arquétipos tradicionais passam a ser dissolvidos, não sendo mais adequados antes mesmo que se solidifiquem.

Dessa forma, o levante processo de globalização, datado de meados do século XX, não mexe apenas com a “na-

tureza das coisas”, mas em todo artifício imbricado nas sociedades dominadas pelo sistema de produção capitalista. A realidade se expõe na contradição, inclusive no processo de construção das identidades sociais.

Se revisarmos a tríade das categorias globalização, pós-modernidade e construção social da identidade, identificaremos um elemento em comum e de interlocução: a internet. Se em meados do século XIX a tecnologia de comunicação mais avançada era o aparelho de telégrafo, na década de 2020 estamos vivenciando a dinamicidade da comunicação, a instantaneidade das informações, a efemeridade do tempo; estamos imersos em um mundo administrado pela *Internet of Things – IoT* (Internet das Coisas), conceito criado em 1999 por Kevin Ashton (MAGRANI, 2018).

Assim, o homem da pós-modernidade ganha uma nova aura no que condiz à sua identidade social; reconfigura a sua forma de ser, interagir e estar no mundo. Sobre esse propósito, Hall (2006) refere que o homem que era definido como tendo uma identidade única está se tornando fragmentado; assim, passa a se compor por diversas identidades que podem, inclusive, ser contraditórias.

A busca pela identidade no mundo pós-moderno tem sido forjada em arquiteturas artificiais, como a internet — a partir dos sites e das redes sociais —, viabilizando, portanto, a quebra de fronteiras anteriormente estabelecidas. Assim, os espaços se encurtaram e tornou-se possível alcançar de forma simples e rápida diversos públicos e identidades. Portanto, a ideia de um espaço tecnologizado propõe que a “aldeia local” passa a se mesclar com a “aldeia global”. Isso tendo em vista a extensão dos modelos e das práticas que a sociedade atual tem inserido com os novos formatos de interações e de relações sociais (SOUSA; SOUSA, 2015, grifo do autor).

Nesse mesmo sentido, Papalia e Feldman (2013) destacam que a adolescência é uma construção cultural que, mesmo sendo definida desde o século XX como uma faixa etária do desenvolvimento humano, ainda sofre inúmeras mudanças até os tempos pós-modernos. Dessa forma, é relevante citar que essa fase da vida é marcada como um período intenso para o desenvolvimento psicológico e social, em que ainda se releva a busca pela identidade de gênero e sexual.

O desenvolvimento tecnológico vem produzindo novas formas de interação social desde a segunda metade do século XX. Se, inicialmente, os meios de comunicação eram menos ativos e ocupados pela mídia impressa, de televisão e rádio, a partir do final da década de 1990 há um remodelamento no formato da comunicação em massa, em que o papel do telespectador é transmutado para o de consumidor e produtor de conteúdo. Em relação a esse período, Santaella (2003) afirma que mídia se referia especificamente aos meios de comunicação de massa e se passou a chamar de mídias, também, todos os meios de que a publicidade se serve, desde outdoors até mensagens publicitárias veiculadas por jornal, rádio e TV.

Em todos esses sentidos, a palavra “mídia” se referia aos meios de comunicação de massa. É necessário, a partir dessa discussão, compreender que mídias sociais se referem a espaços que atuam com a distribuição de conteúdo, enquanto as redes sociais direcionam a sua atividade para o relacionamento entre pessoas.

A nova era da comunicação, via internet, foi inaugurada com o surgimento dos blogs nos países ocidentais. De acordo com Lemos (2002), o termo weblog, reduzido para blog, foi criado por Jorn Barger, editor do site Robot Wisdom no ano de 1997.

Durante os anos 2000, os blogs alcançaram forte notoriedade como meio de comunicação ativa entre usuários. De acordo com Di Luccio e Costa (2007), os blogs eram os espaços textuais mais atuais da rede, sendo densamente habitados. Os blogs possuíam um ambiente de fácil edição e manutenção, possibilitando aos autores a publicação de textos e imagens sem ressalvas, o que contribuiu para que essas páginas se tornassem populares.

Com a consolidação dos blogs, outras redes sociais surgem, sendo o *Orkut* a que, inicialmente, obteve mais notoriedade no Brasil; essa rede estreou na rede mundial de computadores em 2004. Em janeiro de 2006, já eram mais de 13 milhões de usuários ativos no Brasil, que se tornou o país com maior número de membros (TELLES, 2006).

As pessoas encontraram no *Orkut* um meio de comunicação pelo qual podiam expressar seus gostos, opiniões e identidades, além de demonstrar interesses por meio da manifestação de pensamentos de forma simultânea, o que permitia que fossem ouvidos (lidos) por outros, e garantindo assim o sucesso da rede. Dessa forma, a plataforma digital respondeu afirmativamente às necessidades inerentes aos indivíduos em reproduzir suas experiências pessoais, transformando-as em discurso (fóruns em comunidades, por exemplo) com significados (BEZERRA; ARAÚJO, 2011).

Embora o *Facebook* tenha se tornado popular no Brasil depois do *Orkut*, ambos foram lançados em 2004. O *Facebook* foi criado na cidade de Cambridge, nos Estados Unidos, pelos estudantes Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes. O sucesso da rede, segundo Randi Zuckerberg, ex-diretora de marketing do *Facebook*, em entrevista concedida durante o *Smartphone Congress* (São Paulo, 2015), ocorreu por uma série de fato-

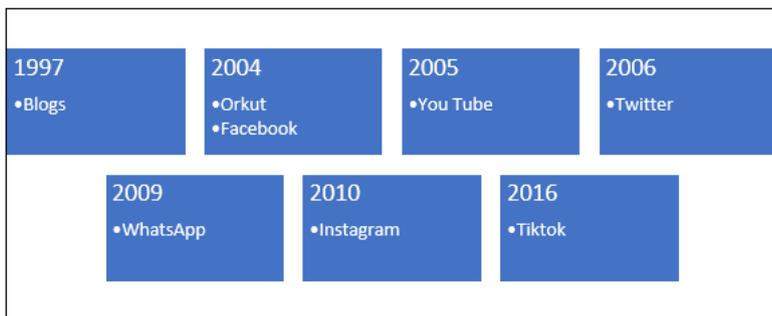
res: a exclusividade, visto que o *Facebook*, inicialmente, foi disponibilizado apenas para estudantes de grandes universidades americanas; a exigência de cadastro com nomes e e-mails reais, impedindo o anonimato e gerando conteúdo “bem-comportado”, e, por fim, a adoção de uma cultura empresarial que estimula os trabalhadores a desenvolverem projetos paralelos.

Em dados atualizados do mês de setembro de 2021, a empresa alemã de dados estatísticos Statista divulgou que o *Facebook* possui mais de 2,89 bilhões de usuários em todo o mundo, sendo assim a maior rede social existente. Já o Instagram conta atualmente com mais de 1,2 bilhões de usuários ativos em todo o mundo, ficando atrás do YouTube, segundo lugar, e do *Facebook*, o primeiro colocado das redes sociais em número de usuários.

Entendendo que o processo de globalização é também cultural e transgeracional, é importante considerarmos qual é o lugar dos adolescentes na sociedade ocidental. Os adolescentes que fazem parte da Geração Z (pessoas que nasceram após 1995) é o primeiro grupo da história que nunca conheceu um mundo sem internet. Imersa no mundo online desde o nascimento, a Geração Z supera a geração Y — nascidos entre 1982 e 1994 — em atividades diárias nas redes sociais com 2 horas e 55 minutos gastos por dia. A Geração Z da América do Norte, da América Latina e da Europa lideram no número de contas sociais usadas ativamente. Muitos também estão se afastando de plataformas como o *Facebook* em favor de sites com muito conteúdo multimídia, como YouTube e Instagram. Os latinos gastam, em média, 3 horas e 27 minutos do seu dia em redes sociais (WORLD ECONOMIC FORUM, 2019).

As redes sociais, como o Instagram, TikTok, WhatsApp ou Twitter, tornam-se uma espécie de “continuidade dos dedos,” enquanto procuram tecer relações no ciberespaço (Figura 1).

Figura 1- Linha do tempo das redes sociais.



Fonte: GOOGLE (2021).

De acordo com Brzozowski e Melin (2021), a forma como o Instagram é utilizado indica uma associação relativamente forte com as subjetividades dos usuários. A predominância de *selfies* e de imagens com amigos, o desejo de acompanhar a vida do outro e de expor a si mesmo de maneira a serem aceitos são fatos que denotam uma preocupação com o “eu” que cada um está produzindo. Esse processo sugere que os usuários estão construindo um tipo de conhecimento acerca de si mesmos através das redes sociais.

Diante desse contexto, Bauman (2006) considera que o sujeito busca constantemente pela definição da sua identidade, antes de tudo, almejando ter segurança. Essa busca incessante produz ansiedade nos indivíduos pelo fato de os deixarem soltos e flutuando em um espaço não definido e, por outro lado, estes mesmos sujeitos não desejam se posicionar em espaços fixos, o que em última instância não é bem-visto.

Com esse debate desenvolvido, esta revisão narrativa tem por objetivo principal desenvolver uma discussão sobre o papel das redes sociais na construção das identidades dos adolescentes.

A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DOS ADOLESCENTES NA ERA DAS REDES SOCIAIS ON-LINE

Adolescência é um termo que, em sua versão latina (*adulescentia*), já era utilizado desde os tempos do Império Romano, nos séculos I e II, a fim de descrever e delimitar um período específico na vida dos cidadãos, conforme previa a rígida hierarquia patriarcal, na Idade Média europeia. Na Idade Moderna, desponta o conceito de que adolescência é um período de crise e desordem, e a determinada consideração ganha tónus, solidificando-se na atualidade (MATHÉUS, 2008).

Assim, a adolescência nem sempre foi um conceito compartilhado por todas as sociedades e em todos os momentos históricos, mas se apresenta, antes de tudo, como um fenômeno suscitado nas comunidades ocidentais. O *adolescere* está, desta forma, atrelado ao aprofundamento do desenvolvimento capitalista, no qual se entrelaça às estruturas do tecido social do mundo contemporâneo.

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069/1990, a adolescência compreende a faixa etária entre os 12 até os 18 anos de idade, e em casos específicos pode ser aplicada até os 21 anos (BRASIL, 1990). Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência abrange a faixa etária entre 10 e 19 anos, enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU) entende que as pessoas entre 15 e

24 anos são consideradas jovens. Mesmo com as definições etárias existentes, é necessário entender que existem variações tanto do ponto de vista biológico quanto psicossocial, havendo assim uma certa assincronia no amadurecimento. Dessa forma, por vezes, a definição cronológica pode não ser o critério mais adequado para a realização de estudos antropológicos, por exemplo (EISENSTEIN, 1999).

Ou seja, a diversidade cultural presente na sociedade ocidental, onde se relevam as questões socioeconômicas e nacionais diversas, imprime formas distintas de esses jovens se relacionarem com o meio, que, apesar de estarem inseridos em um contexto de globalização, este meio interage de forma peculiar em cada realidade locorregional.

Entende-se, desse modo, que os adolescentes vivem uma série de experiências sociais, ao mesmo tempo que seus corpos se transformam. As dificuldades para viver e crescer no quadro da família moderna não têm término. E, por fim, precisam enfrentar essa fase da vida que todos veem como uma etapa difícil, inclusive eles mesmos e os seus pais (FROTA, 2007).

Nessa lógica formatada na sociedade ocidental e com a velocidade impressa aos meios de comunicação pela globalização, há, então, formas diversas de construção identitária que estão intimamente ligadas à lógica do mercado e do consumo, visto que, de acordo com Bauman (2008), na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria.

Na história da construção da identidade na cultura da simulação, as experiências na internet ocupam um lugar de destaque, mas essas experiências só podem ser entendidas como parte de um contexto cultural mais vasto. Esse contexto é a história da erosão das fronteiras entre o real e o virtual,

o animado e o inanimado, o eu unitário e o eu múltiplo, que ocorre tanto nos domínios da investigação científica de ponta como nos padrões da vida cotidiana (TURKLE, 1997).

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, como quem não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2005).

Portanto, a *web* 2.0 permite a diversidade de identidades, uma miscelânea de diversos sujeitos em apenas um, e a globalização da pós-modernidade acaba por criar e estabelecer novas formas de o indivíduo interagir com o meio e consigo mesmo. Por fim, Turkle (1997) ainda corrobora que podemos ser tudo aquilo que quisermos. Podemos redefinir completamente a nossa pessoa, se assim o desejarmos, sem estar preso em amarras e categorizações criadas por outras pessoas.

Dessa forma, existe um crescente interesse dos jovens em se tornarem ativos na produção de conteúdo digital e principalmente atrativos para outras pessoas. Araújo, Neijens e Vliegenhart (2017) afirmam que os formadores de opinião receberam o nome de influenciadores digitais, por possuírem capacidade acima da média de influenciarem outras pessoas. Assim, para Silverstone (2005), os espaços do engajamento com a mídia, da experiência da mídia, são tanto reais como simbólicos.

O advento desse discurso utópico em torno da descentralização coincidiu com a crescente fragmentação da sociedade em que vivemos. Os locais de reunião de pessoas, como a

rua principal de um local, associações municipais, bem como sedes sindicais, atualmente não cumprem essas funções anteriormente associadas. Muitas pessoas passam a maior parte do dia sozinhas, diante de uma tela de televisão ou de computador. Ao mesmo tempo, como seres sociais que somos, estamos procurando retribuir-nos. E, nesse processo, o computador desempenha um papel central (TURKLE, 1997).

No momento atual, torna-se, então, imprescindível discorrer um debate sobre as redes sociais com maior representatividade no mundo ocidental, a saber: Instagram, YouTube, WhatsApp e TikTok.

Na discussão suscitada na Espanha por Romero, Jiménez e Dulce (2019), os adolescentes vivenciam o acesso às redes digitais de sociabilidade (tipo Instagram) como uma conquista importante, um rito de passagem que significa deixar a infância e entrar na juventude. Observa-se um interesse progressivo em ter uma conta no Instagram nos grupos de alunos adolescentes que se consideram os mais jovens. Sendo que a partir dos 15 anos, o estudo demonstrou que os adolescentes se sentem autônomos para gerenciar o próprio perfil, e a maioria, principalmente os meninos, o torna público.

Na realidade brasileira, Fantoni (2007) discute que, por mais diferentes que os adolescentes sejam entre si, as suas práticas junto ao Instagram e a forma como procedem para se autorrepresentarem nessa rede social têm bastante semelhança. Acredita-se que não só as características do aplicativo, em algum nível, condicionem que ele seja apropriado da mesma forma pelos adolescentes, mas principalmente que o fator geracional e a partilha da mesma cultura tecnológica aproximem esses indivíduos em seus comportamentos.

Não obstante, ter um espaço próprio no Instagram pode significar uma projeção do adolescente para o exterior, além de uma associação a um sentimento de maturidade e autonomia para expandir e administrar sua própria rede de contatos e praticar a sociabilidade entre iguais. E ao fazer isso com seu eu mais valorizado, sua autoestima e aceitação podem ser beneficiadas. Assim, o acesso às redes sociais on-line favorece a construção de sua subjetividade na cultura digital, além de sustentar o sentimento de pertencimento e inclusão social por meio das múltiplas atividades de sociabilidade que praticam no ambiente virtual.

O Instagram tem se configurado de forma distinta das demais redes sociais até então existentes. É relevante a opção e o direcionamento desta pela valorização da imagem, em que as identidades que ocupavam os espaços reais passam a compor um novo sistema de significados e sentidos para os usuários, que agora interagem nos ciberespaços. A respeito disso, Santaella (2007) afirma que a cibercultura promove o indivíduo como uma identidade instável, como um processo contínuo de formação de múltiplas identidades, instaurando formações sociais explicáveis pelas teorias pós-estruturalistas e desconstrucionistas que enfatizam o papel da linguagem no processo de constituição dos sujeitos.

O YouTube, sendo uma plataforma de compartilhamento de vídeo, também congrega usuários em prol de uma interlocução ativa, em que a seção em que se permite aprovar, desaprovar e comentar vídeos, além de permitir o relacionamento também por meio de inscrições de vídeos, torna a plataforma uma rede social. Descobrir, assistir, compartilhar vídeos e outros materiais são possibilidades ofertadas pelo serviço, bem como a disponibilização de fóruns para interação, informação e inspiração para outros usuá-

rios ao redor do mundo; além de ser útil para a criação e a distribuição de conteúdo e anúncios (GOOGLE, 2021).

A propósito dessa rede, um estudo desenvolvido na Espanha traz uma análise sobre o papel da plataforma. As conclusões de Torres, Ruiz e Boubaker (2018) apontam que o processo de construção da identidade não é contínuo ou unitário, portanto ocorre em diferentes fases e cenários ao longo do ciclo vital, que têm sua expressão mais significativa durante a adolescência. A dimensão da construção da identidade de gênero, a orientação sexual e a dimensão vocacional têm destaque especial nos conteúdos compartilhados no YouTube.

Nesse mesmo sentido, existem dois cenários de identidade geralmente tratados pelos *youtubers*: identidade de gênero, junto com identidade sexual e identidade vocacional. Nos canais, os *influencers* expõem o processo que seguiram na construção de sua identidade sexual e de gênero, evidenciando como aconteceu, por que definiram uma ou outra orientação sexual, com que gênero se identificam, que apoios tiveram, ou dúvidas que eles tiveram, sua experiência emocional, dentre outras categorias. É importante destacar que os vídeos com maior número de seguidores tratam da orientação sexual, principalmente da identificação da homossexualidade e da bissexualidade, bem como da definição ou identidade do gênero transexual.

Sob esse ponto de vista, os resultados mostram as experiências de *youtubers* e seguidores ou assinantes em relação ao que as mudanças físicas da adolescência significam para eles, em particular as dificuldades e conflitos gerados; a evolução do autoconceito do adolescente (desde as primeiras abstrações sobre quem ele é até um autoconceito múltiplo) e a importância de ter uma boa autoestima para se sentir bem.

Assim, e abordando especificamente o contexto de cada rede social, Romero, Jiménez e Dulce (2019) concluí-

ram que os espaços privilegiados de sociabilidade dos adolescentes são fundamentalmente três: YouTube, WhatsApp e redes sociais como o Instagram. Em cada um desses três espaços ocorre um tipo diferente de sociabilidade.

Sobre o WhatsApp, os autores supracitados consideram que este é o aplicativo mais utilizado, pois através dele se relacionam com o ambiente mais próximo e de forma mais rápida, visto que essa plataforma oferece diversos recursos comunicacionais e de mídia, com o compartilhamento de fotos, vídeos, áudios e *gifs*.

Ainda de acordo com Romero, Jiménez e Dulce (2019), o YouTube é um aplicativo ao qual estão acostumados desde a infância e a partir do qual acessam uma infinidade de conteúdos de todos os tipos. O seu uso não é tão orientado para a interação com outras pessoas, por isso alguns não o consideram uma rede social, todavia a interatividade da plataforma vem evidenciando novas formas de uso por meio de funcionalidades inéditas. Tem algumas semelhanças com a televisão pelo tipo de uso que faz, embora a interação seja mais direta e participativa. Os *youtubers* tornaram-se seus ídolos, exercendo grande influência, embora tenham consciência do peso da fama.

É com esse apanhado geral sobre as redes específicas que os autores trazem análise mais ampla e generalista sobre o lugar das redes sociais na construção das identidades dos adolescentes.

Para a Sociedade Canadense de Pediatria (ONTARIO, 2019), o mundo digital pode afetar muitos estágios da adolescência, incluindo laços sociais com pares, senso de identidade, independência da família, exploração do mundo sociocultural e aprendizagem. A presença constante on-line, no entanto, pode contribuir para sentimentos de alienação

e exclusão social. Os principais mecanismos de amizade e desenvolvimento de identidade, como a autorrevelação e a vivência de novas identidades ou novos papéis, podem ter uma influência positiva ou negativa nas pessoas. Um em cada dez adolescentes diz que frequentemente usa a internet para “fingir ser outra pessoa”.

A maioria dos estudos e pesquisas indica que os adolescentes se comunicam muito mais on-line com os seus amigos do que com estranhos e que, de modo geral, seus comportamentos e autoapresentação on-line refletem com precisão suas atividades, seus interesses e personalidade off-line. Os estudos demonstram que a liberdade e a construção da identidade são atacadas e limitadas, mas por outro lado, há o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a necessidade de ser aceito, de se tornar parte de um discurso comum com a finalidade de constituir e mostrar a narrativa dos sujeitos (ONTARIO, 2019).

Evidencia-se que, na construção da própria identidade, pelos adolescentes, prevalece a necessidade de serem acolhidos, de fazerem parte de um discurso comum, constituindo-se e se manifestando a partir de um discurso individual, que responde ao que é valorizado e apreciado pelo outro. O reconhecimento precisa de popularidade, sendo uma tendência estabelecida pela bagagem de valores de uma sociedade individualista que exalta a autoafirmação a todo o custo e projeta promessas de liberdade. Os adolescentes que habitam esses espaços, fluidos e híbridos das redes, muitas vezes não discriminam as fronteiras entre o virtual e o real; tudo está interligado, ambos se alimentam; não se percebe a ruptura com os mandatos onde tudo é *continuum* e o espaço de interpretação é silenciado (PANTOJA; PRETE, 2020).

Sobre esse construto, as redes sociais têm a capacidade de estreitar a interface com o usuário; a propósito desse pensamento, Martino (2015) refere que emissores e receptores compartilham o mesmo ambiente simbólico, interagindo nas redes de significado presentes em seu interior. Todos os emissores são potencialmente receptores e vice-versa. As mensagens compartilhadas são, ao mesmo tempo, multimodais e multicanais, isto é, usam várias tecnologias de comunicação, como celulares, televisão e os ambientes da internet (multimodalidade), e são distribuídas em diversos canais dentro de cada tecnologia, como as várias emissoras de TV, rádio e os inúmeros sites. Cada modo, assim como cada canal, usa seus próprios códigos e subcódigos, isto é, seus próprios elementos, para criar a mensagem.

A cada passo que damos ao longo da vida, tentamos projetar-nos no mundo. O computador oferece-nos oportunidade de realizar isso, ao corporizar nossas ideias e expressar nossa diversidade. Entramos no mundo da tela da mesma forma que Alice atravessou o espelho (TURKLE, 1997).

Debater sobre a motivação para o uso das redes sociais requer reflexões profundas sobre o lugar que ocupamos no mundo atualmente e de como esse lugar vem sendo forjado na dicotomia entre o real e o imaginário; a propósito deste tema, são relevantes as contribuições de Maffesoli (FAMECOS, 2001).

Em entrevista concedida à revista Famecos (Porto Alegre, 2001), Maffesoli discorre que o imaginário contém fenômenos passíveis de descrição e tem algo de imponderável, um certo mistério da criação. O imaginário, assim, segundo o sociólogo, permanece em uma dimensão ambiental, uma matriz, uma atmosfera, é da ordem da aura. No mesmo diálogo, o autor afirma que o imaginário é alimentado por tecnologias que estimulam o imaginal e que

encontram repercussão na contemporaneidade pelo fato de a comunicação ser algo comungado socialmente. O aspecto relacional da internet não representa totalmente a sua utilidade, havendo mais destaque para a relação, a circulação dos signos e o estabelecimento de relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais on-line, fenômeno próprio da contemporaneidade, têm se apresentado como um recurso de sociabilidade para os adolescentes, mas além de tudo, vêm se apresentando como um mecanismo virtual que conecta de forma instantânea à vida off-line, ou seja, no mundo real onde as interações não se executam de outra forma que não seja no face a face. Assim, a tecnologia que emana da Internet das Coisas rompe com a interface ciberespaço/vida real e consegue vincular facilmente esses dois mundos. Dessa forma, os caminhos arquitetados nas redes sociais dão aos adolescentes uma nova forma de construir as suas identidades, por vezes contraditórias e mal resolvidas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, T.; NEIJENS, P.; VLIEGENHART, R. Getting the word out on Twitter: The role of influentials, information brokers and strong ties in building word-of-mouth for brands. **International Journal of Advertising**, v. 36, n. 3, p. 496-513, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/02650487.2016.1173765>>. Acesso em: 22 set. 2021.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEZERRA, M. A. A.; ARAÚJO, E. A. Reflexões epistemológicas no contexto do Orkut: Ética da informação, sociabilidade, liberdade e identidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 50-66, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-99362011000200005>>. Acesso em: 21 set. 2021.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 04 ago. 2020.

BRZOWSKI, F. S.; MELIN, M. J. Imagem e biopoder: um estudo dos processos de subjetivação implicados nas dinâmicas do Instagram. **INTERthesis**, v. 18, p. 01-21, dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/79112/45778>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

DI LUCCIO, F.; NICOLACI-DA-COSTA, A. M. Escritores de blogs: interagindo com os leitores ou apenas ouvindo ecos? **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 664-679, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1414-98932007000400008>>. Acesso em: 15 set. 2021.

EISENSTEIN, E. **Atraso puberal e desnutrição crônica**. Tese de Doutorado – Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 1999.

FANTONI, A. **Autorrepresentação de adolescentes portoa-
legrenses no Instagram**. 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estud. Pesqui. sicol.**. [on-line], v. 7, n. 1, 2007.

HALL, S. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora, [S. l.], p. 104, 2006.

_____. La educación em crisis. **Revista de educación**, [S. l.], 1987.

_____. The rediscovery of ‘ideology’: Return of the repressed in media studies. In: **Culture, society and the media**. Routledge: London, 2005.

LEMOS, A. A arte da vida. Diários pessoais e *webcams* na Internet. **Revista de Comunicação e Linguagem**, Lisboa, 2002.

MACHADO, J. Entrevista Michel Maffesoli: o imaginário é uma realidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, 2001.

MAGRANI, E. **A internet das coisas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MARTINO, L. M. **Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATHEUS, T. C. When adolescence does not depend on puberty. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 616–625, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1415-47142008000400008>>. Acesso em: 1 jul. 2021.

OMS. **Adolescence**: a period needing special attention - recognizing-adolescence. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <<https://apps.who.int/adolescent/second-decade/section2/page1/recognizing-adolescence.html>>. Acesso em: 28 set. 2021.

OS MOTIVOS POR QUE O FACEBOOK DEU CERTO, SEGUNDO RANDI ZUCKERBERG - CANALTECH. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/redes-sociais/os-motivos-porque-o-facebook-deu-certo-segundo-randi-zuckerberg-45569/>>. Acesso em: 15 set. 2021.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. Ed. 12, Porto Alegre: AMGH, 2013.

PRETE, A.; PANTOJA, S. R. Las redes sociales on-line: Espacios de socialización y definición de identidad. **Psicoperspectivas**, v. 19, n. 1, p. 86-96, 2020.

QUEM USA MAIS AS REDES SOCIAIS? | FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2019/10/social-media-use-by-generation/>>. Acesso em: 16 set. 2021.

ROMERO, J. R.; JIMÉNEZ, J. M.; DULCE, B. G. **Las redes sociales digitales como espacios de sociabilidad de los adolescentes. El caso del colegio Escolapios de Aluche**. Alicante: Universidad de Alicante, 2019.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: Epub 17 jul. 2007. ISSN 1982-0194. <<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>. Acesso em: 22 set. 2021.

SANTAELLA, L. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista Famecos**, v. 10, n. 22, p. 23-32, 2003.

_____. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paullus, 2007.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.

SOCIÉTÉ CANADIENNE DE PÉDIATRIE, GROUPE DE TRAVAIL SUR LA SANTÉ NUMÉRIQUE, OTTAWA (ONTARIO). Les médias numériques: la promotion d'une saine utilisation des écrans chez les enfants d'âge scolaire et les adolescents. **Paediatrics & Child Health**, v. 24, n. 6, p. 409-417, 2019.

SOUSA, D. S; SOUSA, J. E. P. Sujeito, identidade e consumo na pós-modernidade: os novos consumidores nas vendas. com. *In: Temática*. Ano XI, n. 06 - junho/2015 - NAMID/ UFPB. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>>. Acesso em: 21 set. 2021.

STATISTA. Number of instagram users worldwide from 2016 to 2023. 2021 - STATISTA. Nova York, 2021. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/183585/instagram-number-of-global-users/>>. Acesso em: 21 set. 2021.

STATISTA. Number of monthly active facebook users worldwide as of 2nd quarter 2021 - STATISTA. Nova York, 2021. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/264810/number-of-monthly-active-facebook-users-worldwide/>>. Acesso em: 21 set. 2021.

TELLES, A. **Orkut.com: como você e sua empresa podem tirar proveito do maior site de relacionamento do Brasil**. São Paulo: Landscape, 2006.

TERMOS DE SERVIÇO DO YOUTUBE. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/static?gl=BR&template=terms&hl=pt>>. Acesso em: 25 set. 2021.

TORRES, V. P.; RUIZ, P. Y.; BOUBAKER, S. A. B. Los youtubers y la construcción de la identidad adolescente. **Comunicar**, v. 26, n. 55, p. 61-70, 2018.

TURKLE, S. **A vida no ecrã**. Lisboa: Relógio d'Água. 1997.

2. DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE FRENTE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA ADOLESCENTES EM TEMPOS PANDÊMICOS

Amanda Bezerra da Silva
Jéssica Andrade da Fonseca
Herme Fellipo Bordoni Caldeira
Renato Daniel Melo da Silva
Viviane Colares

INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) causador da Covid-19 vem trazendo impactos mundiais, não somente na área sanitária, mas também política e econômica (DE MORAES *et al.*, 2020). Foram registrados altos índices de casos confirmados no país; de acordo com o Ministério da Saúde do Brasil (2021), havia 20 milhões de pessoas infectadas em 08 de setembro de 2021, sendo 584 mil óbitos em decorrência da Covid-19.

Entre outras medidas de prevenção, foi necessário estabelecer o distanciamento social, para que se pudesse reduzir as contaminações. A pandemia, então, expôs e intensificou o contexto de desigualdades econômicas previamente existentes no Brasil, assim como o distanciamento social reduziu o já difícil acesso aos serviços de saúde e de proteção social (DE MORAES *et al.*, 2020).

Observou-se um aumento no número de denúncias registradas de violência doméstica durante o período de isolamento social no país, chegando a 72% referentes à violên-

cia doméstica e familiar no ano de 2020 (BRASIL, 2021a). Dentre os casos de violência domiciliar, está a violência contra crianças e adolescentes, que se manifesta nas formas de violência psicológica, física, sexual, negligência, exploração e trabalho infantil, dentre outros agravos violentos (PLATT; GUEDERT; COELHO, 2020).

Se por um lado o domicílio é o ambiente mais seguro para prevenção da infecção da Covid-19, por outro, pode se tornar o mais inseguro para crianças e adolescentes, sendo o local de maior registro de ocorrência de violência (PLATT; GUEDERT; COELHO, 2020).

Segundo dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Brasil (2021b), os registros de violência doméstica, comparados com o mesmo período fora da pandemia, apresentaram aumento em seus números de denúncias. Sugere-se que estudos devem ser conduzidos sobre o tema, visando auxiliar na elucidação desse fenômeno complexo, desvendando denúncias e detectando atos violentos no âmbito familiar. O aprofundamento sobre o assunto se faz necessário devido à grande relevância social e ao impacto negativo no bem-estar de crianças e adolescentes.

Através de uma pesquisa nas bases bibliográficas LILACS e MEDLINE com os descritores “adolescente”, “isolamento social”, “covid-19” e “violência”, observou-se que os estudos relatam os problemas mais comuns durante o período pandêmico, tais como: doenças mentais, dificuldades financeiras que aumentaram a violência física, negligência e abandono de adolescentes e diminuição das notificações, o que foi justificado pela distribuição dos profissionais para atender às demandas da pandemia. Destaca-se a escassez de estudos que relatam os desafios enfrentados pelos profissionais, o que pode ser justificado pelo curto período da pandemia.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O ISOLAMENTO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que todos os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra crianças sejam denunciados aos conselhos tutelares locais, sem prejuízo de outras providências legais (BRASIL, 2012).

O aumento dos casos de violência doméstica durante a pandemia da Covid-19 é algo ainda pouco discutido, porém que vem crescendo de forma exacerbada não só no Brasil, como em outros países, a exemplo: Estados Unidos, França, Reino Unido e China (MARQUES *et al.*, 2020).

No primeiro semestre de 2021, mais de 50 mil casos de violência contra crianças e adolescentes foram registrados no Disque 100, um dos canais da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Destes, 40.822 (81%) ocorreram dentro da casa da vítima (BRASIL, 2021), corroborando com achados de Fegert *et al.* (2020), que relatam aumento da violência doméstica, incluindo maus-tratos ou negligência na infância como resultado de inseguranças e incapacidades dos pais, durante o isolamento social.

Um dos fatores que pode estar associado ao aumento da violência é o maior tempo de convivência familiar durante a pandemia, devido à necessidade do isolamento social, sendo o domicílio o local de maior recorrência das agressões (PLATT *et al.*, 2021).

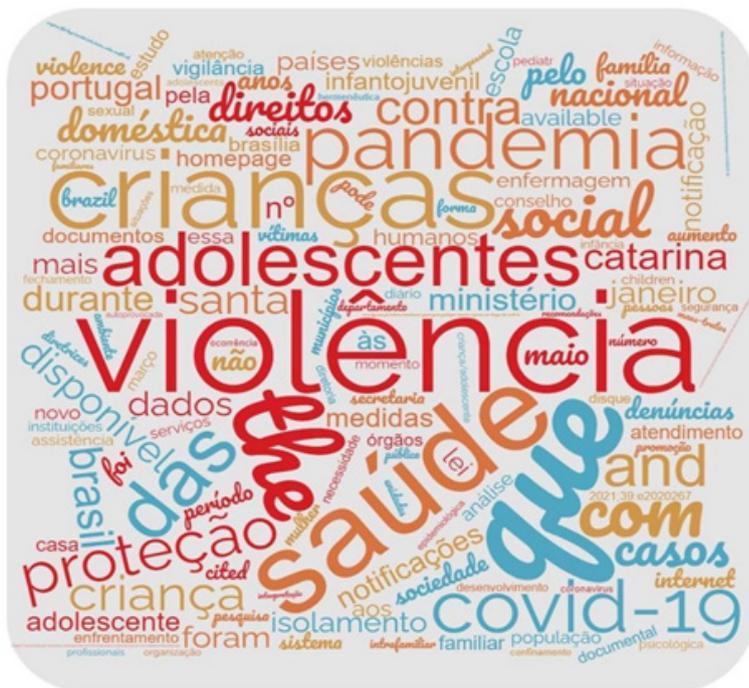
A condição financeira também mostrou influência na questão da violência, pois com casas lotadas, recursos tecnológicos reduzidos e pouco dinheiro para se sustentar, os pais apresentam instabilidade emocional, como mostra estudo realizado no Canadá (GADERMANN *et al.*, 2021).

Outros achados da literatura relatam influência também do fechamento temporário das atividades presenciais nas escolas e universidades devido a medidas de enfrentamento à Covid-19, crianças e adolescentes se encontravam em um isolamento social juntamente com pais ou responsáveis, que se encontravam em trabalho remoto. Com isso, surgiram situações que aumentaram os riscos em relação à violência (SOARES *et al.*, 2021).

O aumento do tempo de convivência, o acúmulo de tarefas dos pais em cuidar dos filhos e trabalhar ao mesmo tempo nessa época de pandemia, a maior desobediência das crianças e adolescentes por falta de colegas, a pouca interação social e mobilidade mais reduzida e a exacerbação de relações de poder dos pais são algumas dessas situações que aumentaram o estresse e os conflitos dentro dos domicílios, além da piora da situação socioeconômica de muitas famílias e serviços de apoio à criança e ao adolescente, que passaram a atender de forma mais frágil e reduzida (SOARES *et al.*, 2021; MARQUES *et al.*, 2020).

Está representada, na Figura 1, uma nuvem de palavras e temas mais abordados nos artigos encontrados na literatura. Observou-se que as palavras-chave mais recorrentes foram: “Crianças”, “Adolescentes”, “Violência”, “Saúde”, “Pandemia”, “Covid-19”, “Direitos”, dentre outras.

Figura 1- Nuvem de palavras sobre os artigos estudados.



Fonte: Elaborado pelos autores por meio do site

<<https://www.wordclouds.com>>.

FATORES ASSOCIADOS À SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL

O isolamento social, que foi uma medida restritiva durante a pandemia da Covid-19, apresenta um grande impacto na saúde mental da sociedade, podendo ser equiparado a impactos psicológicos provocados por guerras e desastres naturais (LIMA *et al.*, 2020).

Apesar de os jovens serem os menos vulneráveis aos efeitos adversos do SARS-CoV-2, ficou evidente que durante o isolamento social, problemas psicológicos e socioeconômicos

micos passaram a fazer parte do cotidiano dos adolescentes, que ficaram mais expostos ao risco da violência doméstica (LEVANDOWSKI *et al.*, 2021; FEGERT *et al.*, 2020).

FIGUEIREDO *et al.* (2021) evidenciaram o impacto das ações durante a pandemia analisando os fatores biológicos, ambientais e sociais com seus efeitos na saúde mental das crianças e adolescentes. Os autores descreveram os efeitos fisiológicos que os adolescentes sofrem durante um momento de estresse em uma situação pandêmica, afetando assim a sua saúde mental.

Os fatores como medo, incerteza, estresse, crise econômica, violência doméstica e as mudanças de hábitos apresentam fontes multifatoriais de impactos psicológicos. Pedrosa *et al.* 2020 relatam que o maior acometimento da saúde mental da população pode ser comprovado pela exacerbção de sensações como tédio, estigma, preocupações, fobias, frustrações e raiva (PEDROSA *et al.*, 2020); achados similares com os relatados por FIGUEIREDO *et al.* (2021).

De imediato e durante o início pandêmico, FIGUEIREDO *et al.* (2021) mostraram que as crianças e adolescentes apresentaram distúrbios tanto psicológicos quanto sociais decorrentes de sentimentos de sofrimentos e desespero, alimentação inadequada, abuso e trauma devido à violência familiar, restrições interpessoais e privações sensoriais. Em consequência a todos esses problemas, outros novos surgiriam, como obesidade, cérebros subdesenvolvidos, abuso de substâncias ilícitas, doenças psiquiátricas e pensamentos suicidas (FIGUEIREDO *et al.*, 2021).

Os autores concluíram que é necessário mais investimento em pesquisa para avaliar o impacto dos estressores pandêmicos da Covid-19 em jovens em desenvolvimento cerebral, para que se possa prevenir ou mitigar os resultados

de saúde mental oferecendo suporte e/ou tratamento adequado. Há a necessidade de acompanhamento dessas crianças e adolescentes e também seus familiares e cuidadores, a fim de desenvolver estratégias que possam mitigar, em longo prazo, os efeitos da pandemia.

NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Não há evidência científica suficiente sobre o isolamento social e a ocorrência de violência contra crianças e adolescentes durante a pandemia. Nesse período, foram instauradas algumas medidas de contenção do avanço da disseminação do coronavírus, entre elas o fechamento de alguns serviços que prestam alguma atividade para crianças e adolescentes, por exemplo, as escolas. Esse fato associa-se também ao motivo do baixo número de notificações de violência contra crianças e adolescentes no ano de 2020, visto que o ambiente escolar conta com estratégias de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes (LEVANDOWSKI *et al.*, 2021).

Durante o período de isolamento social, houve uma redução nas notificações de violência contra crianças e adolescentes, o que não evidencia a ocorrência da violência. No momento da coleta de dados para o estudo de PLATT *et al.* (2021), apenas 46% dos municípios haviam incluído os casos de violência no SINAN. Porém, essa redução não está relacionada à diminuição dos casos de violência. Pelo contrário, observou-se a dificuldade que as pessoas possam estar tendo para realizar denúncias durante o isolamento e a diminuição das notificações pelos profissionais, pois muitos foram

relocados para trabalhar com as demandas da pandemia da Covid-19 (PLATT *et al.*, 2021), corroborando com os achados de DEOLMI e PISANI (2020), que relatam que fatores como a falta de contato social, nas escolas ou parques, dificultaram as chances de pedir ajuda por parte dos jovens.

Um outro ponto de grande relevância que também está relacionado com a diminuição das notificações de violência contra crianças e adolescentes é a falta de segurança dos profissionais que prestam assistência à população. De forma geral, os profissionais de saúde se sentem inseguros e impotentes diante da assistência em situação de violência. Muitos deles, principalmente aqueles da Atenção Básica, expressam o medo em se envolver nessa área por se verem desprotegidos e alvos de vingança por parte do agressor, nos casos de denúncia (CRUZ *et al.*, 2017).

LEVANDOWSKI *et al.* (2021) avaliaram o impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul. Os autores observaram que houve predominância no sexo feminino, na faixa etária de 15-19 anos, na raça branca, sendo a violência física a mais frequente. Entretanto, nas notificações de violência por taxa populacional, os maiores valores estavam relacionados a meninas de 15-19 anos e das raças indígena e preta. A violência física apresentou as maiores taxas de notificação, seguida da negligência/abandono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os textos pesquisados, observamos uma ordem com relação ao avanço da pandemia. O isolamento social acarretou diversos problemas na saúde das crianças e adolescentes, sendo a saúde mental a mais afetada. Com o avanço da doença, iniciaram-se novos problemas relacionados à economia, afetando diretamente essa população que já sofria com os efeitos negativos do isolamento social.

O aumento considerável da permanência do núcleo familiar nas residências, somado aos problemas econômicos, gerou conflitos familiares que tiveram como consequência o aumento da violência contra essas crianças e adolescentes. A sobrecarga nos serviços de saúde pode ter sido a justificativa da diminuição das notificações de violência pelos profissionais de saúde, no entanto o aumento da violência é de notório saber e confirmado pelo site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 9th ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados; 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Coronavírus Brasil**. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 08 set. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde - **DATASUS**. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 08 set. 2021.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Canais registram mais de 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020**, Brasília, 2021a. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/03/canais-registram-mais-de-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020>>. Acesso em: 29 set. 2021.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa**. Brasília, 2021b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa>>. Acesso em: 26 set. 2021.

CRUZ, S. T. M. *et al.* Violência de Gênero e seus Autores: Representações dos Profissionais de Saúde. **Psico-USF**, v. 22, n. 3, pp. 555-567, 2017.

DEOLMI, M.; PISANI, F. Psychological and psychiatric impact of COVID-19 pandemic among children and adolescents. **Acta Bio Medica: Atenei Parmensis**, v.91, n. 4, 2020. DOI: 10.23750/abm.v91i4.10870.

FEGERT, J. M. *et al.* Challenges and burden of the Coronavirus 2019 (COVID-19) pandemic for child and adolescent mental health: a narrative review to highlight clinical and research needs in the acute phase and the long return to normality. **Child Adolesc Psychiatry Ment Health**, v. 14, pp. 1-11, 2020. DOI:10.1186/s13034-020-00329-3.

FIGUEIREDO, C. S. *et al.* Impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental de crianças e adolescentes: fatores biológicos, ambientais e sociais. **Prog Neuropsychopharmacol Biol Psychiatry**, v. 106, pp. 1-8, 2021. DOI: 10.1016/j.pnpbp.2020.11017.

GADERMANN, A. C. *et al.* Examining the impacts of the COVID-19 pandemic on family mental health in Canada: findings from a national cross-sectional study. **BMJ open**, v. 11, pp. 1- 11, 2021. DOI:10.1136/bmjopen-2020-042871.

LEVANDOWSKI, M.L. *et al.* Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública (Online)**, v. 37, n. 1, 2021. DOI:10.1590/0102-311X00140020.

LIMA, S.O. *et al.* Impactos no comportamento e na saúde mental de grupos vulneráveis em época de enfrentamento da infecção COVID-19: revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 46, p. e4006, 18 jun. 2020. DOI: 10.25248/reas.e4006.2020.

MARQUES, E.S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, e00074420, 2020. DOI:10.1590/0102-311X00074420.

MORAES, C. L. *et al.* Contributions to address violence against older adults during the covid-19 pandemic in Brazil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, pp. 4177-4184, 2020. DOI:10.1590/1413-812320202510.2.27662020.

PEDROSA, A.L. *et al.* Emotional, behavioral, and psychological impact of the COVID-19 pandemic. **Frontiers in psychology**. v. 11, pp. 2635, 2020. DOI=10.3389/fpsyg.2020.566212.

PLATT, V. B.; GUEDERT, J.M.; COELHO, E. B. S. Violence against children and adolescents: Notification and alert in times of pandemic. **Rev. Paul. Pediatr.**, v. 39, 2020. DOI: 10.1590/1984-0462/2021/39/2020267

3. REPERCUSSÕES DO CONSUMO DE ÁLCOOL NA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES

Glivia Maria Barros Delmondes
Irineu Alves da Silva Júnior
Luis Gustavo Lima de Andrade
Raquel de Fátima Santos de Farias
Viviane Colares

INTRODUÇÃO

A adolescência marca um período único no desenvolvimento humano, quando os indivíduos fazem a transição da infância protegida pelos pais até a independência social. Essa transição é facilitada por importantes fatores psicossociais, alterações hormonais e neuronais que permitem que os adolescentes vivenciem experiências e competências de que precisam para navegar no mundo adulto (GOGTAY *et al.*, 2004; SISK; FOSTER, 2004).

No entanto, muitos desses adolescentes acabam por reproduzir comportamentos de risco, que, por sua vez, podem persistir até a vida adulta, o que constitui importante preocupação de Saúde Pública, visto que é nessa fase da vida que se busca vivenciar e explorar com mais intensidade as descobertas e identificações, geralmente realizando associações com grupos, o que pode torná-los mais vulneráveis ao uso de bebidas alcoólicas (VASTERS; PILLON, 2011; MALTA *et al.*, 2011; OLIVEIRA *et al.*, 2019).

O álcool é uma substância psicoativa com propriedades que causam dependência e que tem sido amplamente utilizado em diversas culturas. No Brasil, as bebidas alcoó-

licas estão presentes em eventos festivos, tradições familiares e até mesmo cerimônias religiosas, tratando-se de uma expressão cultural. Dentre as inúmeras razões que podem levar o indivíduo a beber, destaca-se o estímulo que ocorre através das propagandas amplamente disseminadas nos meios de comunicação, algo que pode influenciar o consumo ilícito por parte dos adolescentes e predispor a repercussões negativas na saúde mental (CERUTTI *et al.*, 2015; MALTA *et al.*, 2015; BRASIL, 2014; WHO, 2021).

A saúde mental é responsável por 16% da carga global de doenças e lesões em pessoas com idade entre 10 e 19 anos, e metade de todas essas condições começa aos 14 anos de idade, mas a maioria dos casos não é detectada nem tratada. As consequências de não intervir nesses agravos psíquicos durante a adolescência podem se estender à idade adulta, prejudicando a saúde física e mental e limitando futuras oportunidades (WHO, 2021).

Os danos que acometem a saúde psíquica, atrelados ao uso de álcool, podem ser influenciados por diversos fatores, dentre eles: fatores fixos, como estar na faixa etária de 12 a 18 anos, pertencer ao gênero masculino e/ou ser de etnia branca; fatores intrapessoais, incluindo depressão, isolamento social, humor entristecido e queixas psicossomáticas; comportamentos externalizantes, como problemas de conduta, agressividade, dificuldade de controle dos impulsos e delinquência; fatores interpessoais, como colegas usuários de álcool e relações familiares problemáticas; e fatores contextuais, como vulnerabilidade socioeconômica e facilidade de acesso ao álcool (STONE *et al.*, 2012; GRIGSBY *et al.*, 2016; PEUKER *et al.*, 2020) (Figura 1).

Figura 1- Fatores relacionados ao uso de álcool na adolescência.



Fonte: (STONE *et al.*, 2012; GRIGSBY *et al.*, 2016; PEUKER *et al.*, 2020).

Diante do exposto, verifica-se que o consumo de álcool se caracteriza como um comportamento de risco capaz de comprometer a saúde mental do adolescente, fato esse que aponta para a necessidade de uma análise mais aprimorada dos fatores associados e de possíveis repercussões biopsicossociais. Com base nisso, o presente estudo tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico acerca do consumo de bebidas alcoólicas na adolescência e suas consequências para a saúde mental.

CONSUMO DE ÁLCOOL E COMPORTAMENTOS DE RISCO NA ADOLESCÊNCIA

A adolescência é uma construção social que, pela influência da concomitância com a puberdade, é caracterizada por transformações significativas, tanto físicas quanto psíquicas. Na perspectiva de Erickson (1987), esse momento do ciclo vital compreende o enfrentamento de uma crise representada pela identidade versus confusão de identidade. Nesse processo resolutivo, a construção identitária se processa de forma mais intensa e o núcleo de relações significativas passa a ser os pares, fatores esses que tornam o adolescente mais vulnerável a uma série de comportamentos de risco (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

A expressão “Comportamento de Risco para a Saúde” (CRS) diz respeito a toda conduta que tende a impactar de forma negativa a saúde, física ou mental, do indivíduo. Dentre eles, pode-se citar: atividades sexuais que corroborem em gravidez precoce e/ou doenças sexualmente transmissíveis; inatividade física; hábitos alimentares desregulares; uso de tabaco, álcool e outras drogas; dentre outros. É comum observar adolescentes adotando esses comportamentos como forma de viver novas experiências e/ou buscar desafios, fatores que geralmente são favoráveis ao desenvolvimento psicossocial na medida em que são valorizados, sobretudo dentro das relações entre os pares. Entretanto, a constante reprodução de um ou mais comportamentos de risco, que diversas vezes se encontram associados uns aos outros, pode ter consequências graves na saúde (MOURA *et al.*, 2018; ZAPPE *et al.*, 2018).

Moura *et al.* (2017, p. 2) afirmam que a “proporção de adolescentes expostos a um ou mais CRS é elevado em

diversos países”, enfatizando que existe uma quantidade expressiva de jovens reproduzindo dois ou mais comportamentos e que estes, muitas vezes, perduram até a fase adulta. Há, no entanto, um paradoxo que torna a questão dos comportamentos de risco mais complexa do que pode parecer a priori, pois se por um lado tais comportamentos podem comprometer a saúde, por outro, também podem se configurar como fator de proteção na medida em que favorecem o desenvolvimento psicossocial do adolescente. Trata-se de uma linha tênue, e diante desse cenário, Zappe *et al.* (2018, p. 81) destacam:

é necessário distinguir entre a experimentação de riscos inevitável e favorável ao desenvolvimento daquela que pode acarretar consequências negativas, reconhecendo quais são os antecedentes e as consequências desses comportamentos. Além disso, é importante identificar se é comum a concorrência de diversos comportamentos de risco, e se pode ser estabelecida uma sequência causal entre eles.

Existem estudos que compreendem a adolescência como uma fase significativamente vulnerável ao sofrimento psíquico em suas diversas formas de manifestação. Essa vulnerabilidade é preocupante, pois está diretamente associada a aumentos expressivos de casos de medicalização e suicídio entre adolescentes. Dentre os comportamentos de risco definidos como prioritários, diante do potencial de ocasionar danos à saúde do adolescente, encontra-se o consumo abusivo de bebidas alcoólicas (MOURA *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2019).

O uso de álcool, assim como de outras drogas, torna-se mais provável à medida que os jovens entram e progridem até a adolescência, que abrange a segunda década de vida ou mais (PATTON *et al.*, 2018). Em uma pesquisa realizada com adolescentes norte-americanos, observou-se que mais de 40% de adolescentes canadenses, de 13 a 18 anos, faziam uso de álcool, com a frequência de bebedores (66,0%) e bebedores compulsivos (28,2%) com pico na 12^a série escolar (BOAK *et al.*, 2019). Enquanto estudos anteriores realizados em outros países verificaram a prevalência do consumo de álcool no último mês em 57% dos adolescentes na Europa (WHO, 2019), 21% na África e 11,5% na China (WHO, 2018; CHEN *et al.*, 2021). No Brasil, esses dados são ainda mais alarmantes, na última Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019, divulgada pelo IBGE, 63,3% dos estudantes entre 13 e 17 anos relataram que já experimentaram bebidas alcoólicas (IBGE, 2021) (Figura 2).

Figura 2- Distribuição mundial do consumo de álcool entre adolescentes.



Fonte: (BOAK *et al.*, 2019; WHO, 2019; WHO, 2018; CHEN *et al.*, 2021; IBGE, 2021).

O consumo de álcool entre adolescentes é heterogêneo, variando do uso baixo e normativo ao uso pesado e patológico. O álcool é a substância de uso mais frequente, pois geralmente é a de acesso mais fácil para os adolescentes (WHO, 2018). A idade média de iniciação do uso de álcool entre adolescentes norte-americanos e australianos é de 15 anos (AIKEN *et al.*, 2018; RICHMOND-RAKERD *et al.*, 2017). Em toda a Europa, a maioria dos adolescentes começa a beber álcool entre 12 e 16 anos, com 25% dos adolescentes dessa região consumindo álcool pela primeira vez aos 13 anos (WHO, 2018). Nos EUA, dados da *National Survey on Drug Use and Health* (NSDUH), de 2018, sugerem que, por volta da idade de 12 anos, aproximadamente 1 em 100 (1%) adolescentes relata consumir álcool no mês anterior. E essa prevalência aumenta para quase 1 em 4 (25%) aos 17 anos. Já no Brasil (IBGE, 2021), 34,6% do total de estudantes consultados havia experimentado bebida alcoólica pela primeira vez antes dos 14 anos de idade.

Diferenças raciais, étnicas e de gênero no uso de álcool também surgem durante esse período. Pesquisas em diferentes países apontam que em alunos de 12 a 17 anos, o uso de álcool no mês anterior é relatado por 12% dos alunos brancos, 9% dos alunos hispânicos ou latinos, 8% dos alunos índios americanos ou nativos do Alasca, 6% dos alunos negros ou afro-americanos, 6% de estudantes asiáticos e 11% de estudantes de duas ou mais raças (WHO, 2019; NSDUH, 2018). Quanto ao gênero, os meninos começam a beber antes dos 14 anos, porém as meninas que começam a beber no início da adolescência têm um período de tempo mais curto entre a primeira bebida e primeiro episódio de consumo excessivo de álcool (CHENG; ANTHONY, 2017). Esses dados não diferem no Brasil, a prevalência da exposição ao álcool

precocemente entre as meninas (36,8%) foi maior comparada com os meninos (32,3%) (IBGE, 2021).

A prevalência do uso de álcool e embriaguez maior em meninas são preocupantes por vários motivos, dentre eles os níveis de ansiedade e depressão estão aumentando entre adolescentes, especialmente mulheres (KEYES *et al.*, 2019; MOJTABAI *et al.*, 2016), e parece que as mulheres, em geral, são mais propensas do que os homens a beber para enfrentar crises (PELTIER *et al.*, 2019). Beber para enfrentar está associado a uma progressão mais rápida de uso de álcool e uma maior incidência de malefícios do álcool (MERRILL *et al.*, 2014). A porcentagem de adolescentes que relatam beber sozinhos na última ocasião em que beberam também está aumentando, e mais ainda para meninas do que para meninos (NSDUH, 2018).

Estudos longitudinais apontam que mais episódios de beber sozinho durante a adolescência previram um maior número de sintomas de transtorno de uso de álcool durante a idade adulta emergente (YUEN *et al.*, 2020; CRESWELL *et al.*, 2014). Um estudo de coorte australiano identificou classes distintas de trajetórias de uso de álcool, em que fatores parentais como a implementação de regras domésticas para crianças que entram na adolescência podem reduzir o risco de beber pesado de início precoce e, por sua vez, reduzir o risco de problemas relacionados ao álcool mais tarde na vida. Enquanto que influências dos amigos foram associadas a risco aumentado de consumo excessivo de álcool de início precoce comparado ao consumo moderado de álcool de início tardio. Os autores alertam que a iniciação precoce e, mais importante, a rápida escalada do uso de álcool estão associadas a um risco aumentado de experimentar problemas relacionados ao álcool no início da idade adulta (YUEN *et al.*, 2020).

Os determinantes do uso precoce de álcool são relacionados a cinco domínios: individual, família, amigos, escola e comunidade (LEW *et al.*, 2018), sendo que o uso de álcool por pais e amigos, incentivo de pares para o consumo, ou baixo monitoramento dos pais foram identificados como fatores de risco para o uso precoce de álcool (YAP *et al.*, 2017; BRANSTETTER *et al.*, 2011). Os amigos exercem grande influência sobre o comportamento do jovem, influenciando-os a utilizarem essa substância para se inserirem no grupo e criarem certa popularidade (CARDOSO; MALBERGIER, 2014). No que diz respeito ao consumo por parte de familiares, pais que bebem possuem dificuldade de dialogar sobre o tema quando se deparam com a necessidade de prevenir o uso precoce da substância pelos filhos, uma vez que o uso do álcool pelos pais induz e facilita tal conduta pelos adolescentes (MARES *et al.*, 2011).

Um estudo transversal, de abordagem quantitativa, realizado com 209 adolescentes de escola pública, evidenciou que 48,8% dos alunos disseram que membros de sua família consomem bebidas alcoólicas, o que confere risco para esse adolescente iniciar o uso dessa substância, agravando o problema. Os autores concluíram que o consumo de álcool por esses adolescentes foi considerável, com o relato de uso aumentado para a idade de 13 anos ou mais e de forma homogênea entre os sexos, e esses apresentaram maior probabilidade de se envolverem em situações de risco, como acidentes automobilísticos e dificuldades para resistir ao uso de outras drogas (NADALETI *et al.*, 2018).

A normalização social que o consumo de álcool tem em nossa sociedade faz com que os adolescentes considerem o álcool como normal e não muito perigoso (SUDHINARASET *et al.*, 2016). Nesse sentido, alguns estudos avaliaram

como as relações interpessoais, com base em um grupo de amigos, desempenham um papel significativo no consumo de álcool (ERSKINE-SHAW *et al.*, 2017; SUDHINARASET *et al.*, 2016; TEUNISSEN *et al.*, 2016). Esse grupo constitui uma das formas mais significativas de socialização e sua influência dá origem à estimulação voluntária e involuntária, o que leva ao desenvolvimento de diferentes traços comportamentais (BARR *et al.*, 2018). Assim, para o adolescente, o consumo de álcool é um veículo de socialização e aceitação dentro do grupo (TEUNISSEN *et al.*, 2016).

Outra questão importante é a influência da mídia sobre o consumo de álcool. Revisões sistemáticas anteriores concluíram que o aumento da exposição ao marketing de álcool está associado a início precoce do álcool e aumento do consumo de álcool entre adolescentes e adultos jovens, embora os efeitos foram descritos como moderados (ANDERSON *et al.*, 2009; SMITH; FOXCROFT, 2009). Evidências mais recentes sugerem fortemente que a exposição ao marketing de álcool também está associada a um aumento do risco de consumo excessivo de álcool e comportamentos perigosos de consumo e prejuízo à saúde (NOEL *et al.*, 2020; JERNIGAN *et al.*, 2017).

O consumo precoce de álcool pode causar danos irreversíveis ao cérebro dos adolescentes e pode afetar sua qualidade de vida. Mais de 20% dos jovens de 15 a 19 anos na Europa e em outros países de alta renda relatam pelo menos consumo excessivo de álcool ocasional (definido como 60 g de etanol em uma única vez) (WHO, 2018). Estudos longitudinais indicam que a transição para o consumo excessivo de álcool na adolescência está associada com redução do volume neocortical e conectividade funcional, desenvolvimento atenuado da substância branca e déficits pequenos a mode-

rados em uma ampla gama de funções cognitivas (SPEAR, 2018; LEES *et al.*, 2019). Essas alterações do funcionamento cognitivo incluem déficit de aprendizagem, redução da velocidade psicomotora e da atenção, impulsividade e diminuição do controle de atenção quando comparados a adolescentes que não bebiam (LEES *et al.*, 2020).

Uma perspectiva de curso de vida sobre a saúde do cérebro apoia a formulação de políticas e intervenções de saúde pública para reduzir o uso e o abuso de álcool em todas as idades, principalmente na redução do desenvolvimento neurocognitivo na adolescência (PARRY; FITZGERALD, 2020). Regular a disponibilidade de bebidas alcoólicas por meio de horários restritos de venda e reduzir a demanda por álcool por meio de impostos e preços são duas das estratégias mais econômicas, enquanto regular o acesso ao álcool por meio de restrições na idade de compra é particularmente eficaz para prevenir danos relacionados ao álcool em adolescentes e adultos jovens. A grande maioria dessas evidências vem de países de alta renda. As intervenções devem ser adaptadas ao contexto local, levando em consideração os níveis de consumo de álcool, padrões de consumo relacionados à idade e gênero e níveis de dano (MEWTON *et al.*, 2020; PATTON *et al.*, 2016).

REPERCUSSÕES DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES

Para além dos danos físicos provocados pelo consumo abusivo de álcool, alguns transtornos mentais são potencializados por esse uso abusivo, como é o caso da depressão. Os adolescentes que apresentam algum tipo de conflito como

baixa autoestima, tristeza, dificuldade de relacionamento social, desilusão amorosa, estrutura familiar menos preservada, como a composta por padrasto/madrasta ou monoparentais, e, por fim, o consumo de álcool e outras substâncias mostram-se mais vulneráveis aos sintomas depressivos (MARTINS *et al.*, 2019; CRUZ *et al.*, 2016).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, os transtornos depressivos podem ser caracterizados, na adolescência, por irritabilidade e instabilidade de humor, perda de energia, apatia e desinteresse, retardo psicomotor, alterações de apetite e peso, isolamento social e dificuldade de concentração. Esses sintomas podem acarretar baixo desempenho escolar, baixa autoestima, tentativas de suicídio e problemas de comportamento, principalmente quando associados ao uso abusivo do álcool e de outras drogas (PRATTA; SANTOS, 2013).

Vale destacar que o álcool é uma droga depressora do sistema nervoso central (SNC), dessa forma ele causa uma sensação de euforia inicial, seguida de uma diminuição da atividade do SNC e da atividade motora, podendo causar sintomas depressivos ou agravar consideravelmente o quadro depressivo do indivíduo (CRUZ *et al.*, 2016).

Amaral e Saldanha (2009) fizeram uma coleta de dados com a aplicação do IECPA (Inventário de Expectativas e Crenças Acerca do Álcool) e verificaram que 30% dos participantes possuíam expectativa positiva em relação aos efeitos do álcool. Dentre essas expectativas, estão: melhor interação social, prazer e ativação sexual, fuga ou diminuição de emoções negativas e efeitos positivos na atividade e também no humor.

De acordo com Teixeira (2007), não se pode afirmar que o álcool, associado a sintomas depressivos, é agente causador

de problemas no desenvolvimento escolar de seus consumidores. Contudo, acredita-se que, em associação com outros fatores, pode contribuir para um rendimento cognitivo não satisfatório, principalmente associado às modificações que o adolescente sofre na passagem da infância para a fase adulta.

Durante a adolescência, o córtex pré-frontal ainda está em desenvolvimento. Como ele pode ser afetado pelo uso de álcool, uma série de habilidades que o adolescente necessita desenvolver e que são mediadas por esse circuito — como o aprendizado de regras e tarefas focalizadas — fica prejudicada (PECHANESKY *et al.*, 2004).

Os seus efeitos repercutem na neuroquímica cerebral, em pior ajustamento social e no retardo do desenvolvimento de suas habilidades, já que um adolescente ainda está se estruturando em termos biológicos, sociais, pessoais e emocionais (PECHANESKY *et al.*, 2021).

Cabe salientar que na adolescência, o desenvolvimento cognitivo caracteriza-se pelo desenvolvimento progressivo de ideias, a construção de sistemas e teorias e o desejo de se integrar a um mundo diferente. Paradoxal e complementarmente, a fase da adolescência tem importância vital para a estruturação de personalidade do indivíduo, permitindo que o adolescente se responsabilize pelas tarefas da vida adulta e se lance em novos sonhos e perspectivas (BARROS *et al.*, 2006; FEIJÓ; CHAVES, 2002).

Nesse sentido, um consumo cada vez maior, precoce e abusivo do álcool encontra-se atrelado a uma série de prejuízos no âmbito educacional, a saber: abandono e evasão escolar, baixo rendimento, diminuição da capacidade cognitiva, maior agressividade, menor predisposição ao estudo e dificuldade de concentração (BRASIL, 2003; GOMES; ALVES; NASCIMENTO, 2010; PRIOTTO; BONETTI, 2009).

Para o sistema educacional, o desenvolvimento cognitivo do adolescente é avaliado a partir de seu rendimento escolar, que, quando bem-sucedido, traz perspectivas para o futuro, enquanto o seu fracasso bloqueia essas perspectivas (BARROS *et al.*, 2006).

Assim, a queda no rendimento escolar pode diminuir a autoestima do jovem, o que representa um potencial fator de risco para maior envolvimento com experimentação, consumo e abuso de substâncias psicoativas. Dessa forma, a consequência do uso abusivo de álcool para o adolescente pode levá-lo a aumentar o consumo em uma cadeia de retroalimentação, em vez de motivá-lo a diminuir ou interromper o uso (PECHANSKY *et al.*, 2004).

Um estudo piloto realizado por Brown (2000) acerca da função neurocognitiva de adolescentes em consumo de álcool identificou que aqueles com dependência alcoólica apresentaram mais dificuldade em recordar palavras e desenhos geométricos simples após um intervalo de 10 minutos, em comparação com adolescentes sem dependência.

É importante ressaltar que o hipocampo, associado à memória e ao aprendizado, é afetado pelo uso de álcool por adolescentes, apresenta-se com menor volume em usuários de álcool do que em controles e tem sua característica funcional afetada em função da idade de início de consumo de álcool (PECHANSKY *et al.*, 2004).

O comprometimento do juízo crítico, em virtude do efeito psicoativo do álcool, também pode colocar o adolescente em situação de risco, ao tomar como exemplo, nesse sentido, a aquisição de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), visto que o efeito da droga acomete a capacidade de discernimento, fazendo-o negligenciar o autocuidado, inclusive a prática de sexo seguro. Portanto, a percepção de risco,

que já é distorcida normalmente na adolescência, se agrava com o consumo de bebidas alcoólicas (SCIVOLETO *et al.*, 1999; DUARTE *et al.*, 2009; SAMPAIO FILHO *et al.*, 2010).

Torna-se válido, portanto, reforçar que o adolescente no plano cognitivo, independentemente do sexo, demonstra dificuldade em efetuar escolhas racionais em longo prazo e em raciocinar sobre todas as consequências dos seus atos, sobretudo diante do consumo de bebidas alcoólicas (SAMPAIO FILHO *et al.*, 2010).

Vale ressaltar que ainda não é de fato conhecido se o consumo do álcool leva à depressão ou o contrário. Contudo, a realização de estudos que objetivam explicar a problemática e contribuir no preenchimento de lacunas do conhecimento é de fundamental importância ao partir da premissa de que é preciso que essa população seja vista e que a sua realidade seja conhecida e compreendida (MARTINS *et al.*, 2019).

Diante do exposto, é preciso compreender os diferentes fatores que interferem no comportamento e na saúde dessa população, bem como o ambiente, que pode afetar diretamente o comportamento de múltiplas formas com processos químicos, físicos, biológicos, culturais e psicossociais que, em consonância, produzem reflexos diretos e complexos na vida do adolescente (PAGLIACE *et al.*, 2019) (Quadro 1).

Repercussões na saúde mental	Autores
Depressão e/ou tentativa de suicídio	Barros <i>et al.</i> (2006); Creswell <i>et al.</i> (2014); Feijó e Chaves (2002); Jerningan <i>et al.</i> (2017); Less <i>et al.</i> (2020); Malta <i>et al.</i> (2011); Martins <i>et al.</i> (2019); Mojtabai <i>et al.</i> (2016); Moura <i>et al.</i> (2018); Peltier <i>et al.</i> (2019); Stone <i>et al.</i> (2012); Zappe <i>et al.</i> (2014).
Baixa autoestima	Zappe <i>et al.</i> (2014).
Baixo desempenho cognitivo	Brown <i>et al.</i> (2000); Gogtay <i>et al.</i> (2004); Less <i>et al.</i> (2019); Less <i>et al.</i> (2020); Lew <i>et al.</i> (2019); Mewton <i>et al.</i> (2020); Nadaleti <i>et al.</i> (2018); Peltier <i>et al.</i> (2019); Pechansky <i>et al.</i> (2004).
Vítima de bullying	Andrade <i>et al.</i> (2017); Chen <i>et al.</i> (2021); Priotto e Bonetti (2009).
Transtornos mentais	Lew <i>et al.</i> (2019); Malta <i>et al.</i> (2011); Merrill (2014); Pagliace <i>et al.</i> (2019); Patton <i>et al.</i> (2018); Pechansky <i>et al.</i> (2004); Richmond-Rakerd <i>et al.</i> (2017); Yuhen <i>et al.</i> (2020).

Quadro 1 - Repercussões na saúde mental do uso de álcool por adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse levantamento bibliográfico, verificaram-se as consequências do consumo de álcool na saúde mental de adolescentes, sobretudo o desenvolvimento de sofrimento psíquico e prejuízos no rendimento cognitivo. Os achados evidenciam que os sintomas depressivos podem ser agravados pelo consumo de álcool, mas que este último não está necessariamente associado ao desenvolvimento de um quadro depressivo. Contudo, acredita-se que a associação com outros fatores pode contribuir para um rendimen-

to cognitivo não satisfatório, principalmente relacionado às modificações causadas no período da adolescência.

Alguns fatores como a influência do meio (família, amigos e sociedade no geral) podem interferir positiva ou negativamente no comportamento e no estilo de vida dos adolescentes. Essas constatações apontam para a necessidade de políticas públicas que contemplem a saúde dessa população no âmbito da promoção e da prevenção de agravos.

REFERÊNCIAS

AIKEN, A. *et al.* Age of Alcohol Initiation and Progression to Binge Drinking in Adolescence: A Prospective Cohort Study. **Alcoholism, clinical and experimental research**, v.42, n.1, p.100-10, 2018.

ANDERSON, P. *et al.* Impact of alcohol advertising and media exposure on adolescent alcohol use: A systematic review of longitudinal studies. **Alcohol and Alcoholism**, v.44, p.229-243, 2009.

ANDRADE, M. E. *et al.* Experimentação de substâncias psicoativas por estudantes de escolas públicas. **Rev. de Saúde Pública**, v. 51, p. 1-9, jan. 2017.

BARR, P. B. *et al.* Childhood socioeconomic status and longitudinal patterns of alcohol problems: Variation across etiological pathways in genetic risk. **Soc Sci Med**, v.209, p.51-58. 2018.

BARROS, A. P. R *et al.* As representações sociais da depressão em adolescentes no contexto do ensino médio. **Estudos Psicol**, v. 23, n. 1, p. 19-28, 2006.

BOAK, A. *et al.* Drug use among Ontario students, 1977-2019: Detailed Findings from the Ontario Student Drug Use and **Health Survey (OSDUHS)**. Toronto, ON: Centre for Addiction and Mental Health; 2020.

BRANSTETTER, S. A. *et al.* The influence of parents and friends on adolescent substance use: A multidimensional approach. **J Subst Use**, v.16, p.150-60, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/AIDS. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. **Saúde do Adolescente e do Jovem**. Ministério da Saúde. Distrito Federal: Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal-saude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/520-sas-raiz/dapes/saude-do-adolescente-e-do-jovem/l3saude-do-adolescente-e-do-jovem/10474-drogas>>.

BROWN, S. A. *et al.* Neurocognitive functioning of adolescents: effects of protracted alcohol use. **Alcohol Clin Exp Res**, v. 24, n. 2, p. 164-71, 2000.

CARDOSO, L. R. D.; MALBERGIER, A. A influência dos amigos no consumo de drogas entre adolescentes. **Estud Psicologia**, v. 31, n.1, p.65-73, 2014.

CERUTTI, F. *et al.* A implicação das atitudes parentais no uso de drogas na adolescência. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 18, n. 2, p. 173-181, 2015.

CHEN, L. *et al.* Combined Associations of Smoking and Bullying Victimization With Binge Drinking Among Adolescents in Beijing, China. **Front Psychiatry**, v.12, p.1-13, 2021.

CHENG, H. G.; ANTHONY, J. C. Male-female differences in the onset of heavy drinking episode soon after first full drink in contemporary United States: From early adolescence to young adulthood. **Drug Alcohol Depend**, v.190, p.159-165, 2018.

CRESWELL, K. G. *et al.* Solitary alcohol use in teens is associated with drinking in response to negative affect and predicts alcohol problems in young adulthood. **Clinical psychological science**, v. 2, n. 5, p. 602-610, 2014.

CRUZ, L. A. N. *et al.* **Meus alunos estão bebendo! E agora?** guia teórico-prático para educadores sobre intervenção breve para reduzir o consumo de álcool entre estudantes. 1ª edição. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

DUARTE, P. C. A. V. *et al.* **Relatório brasileiro sobre drogas**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; 2009.

ERIKSON, E. H. **Identidade: juventude e crise**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1987.

ERSKINE-SHAW, M. *et al.* The influence of groups and alcohol consumption on individual risk-taking. **Drug Alcohol Depend**, v.179, p.341–346, 2017.

FEIJÓ, R. B.; CHAVES, M. L. F. **Comportamento suicida**. In: COSTA, M. C. O.; SOUZA, R. P. *Adolescência*. (pp. 398-408). Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

GOMES, B. M. R.; ALVES, J. G. B.; NASCIMENTO, L. C. Consumo de álcool entre estudantes de escolas públicas da Região Metropolitana do Recife, Pernambuco, Brasil. **Cad Saúde Pública**, v. 26, n. 4, p. 706-12, abr., 2010.

GRIGSBY, T. J. *et al.* Predictors of alcohol-related negative consequences in adolescents: a systematic review of the literature and implications for future research. **J Adolesc.**, v.48, p.18–35, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde do escolar, 2019**. Rio de Janeiro: IBGE; 2021. 162 p.

JERNIGAN, D. *et al.* Alcohol marketing and youth alcohol consumption: A systematic review of longitudinal studies published since 2008. **Addiction**, v. 112, p. 7-20, 2017.

KEYES, K. M. *et al.* Is there a recent epidemic of women's drinking? A critical review of national studies. **Alcohol Clin Exp Res**,v.43, p.1344-1359, 2019.

LEES, B. *et al.* Neurobiological and cognitive profile of young binge drinkers: a systematic review and meta-analysis. **Neuropsychol Ver**, v.29, p.357-85, 2019.

LEES, B. *et al.* Effect of alcohol use on the adolescent brain and behavior. **Pharmacol Biochem Behav**, v.192, p.172-906, 2020.

LEW, D. *et al.* Examining the relationships between life satisfaction and alcohol, tobacco and marijuana use among school-aged children. **J Public Health (Oxf)**. 2018.

MALTA, D. *et al.* Prevalência do consumo de álcool e drogas entre adolescentes: análise dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar. **Rev Bras Epidemiol.**, v. 14, n. 1, 136-46, 2011.

MARES, S. H. W. *et al.* Parental alcohol use, alcohol-related problems, and alcohol-specific attitudes, alcohol-specific communication, and adolescent excessive alcohol use and alcohol-related problems: An indirect path model. **Addict Behav**, v.36, n.3, p.209- 16, 2011.

MARTINS, R. A. *et al.* Depressão e consumo de álcool em adolescentes: análise da produção no período de outubro de 2008 a março de 2017. **Rev. Aten. Saúde**, São Caetano do Sul, v. 17, n. 60, p. 91-100, abr./jun., 2019.

MERRILL, J. E. Drinking motives in the prospective prediction of unique alcohol-related consequences in college students. **J Stud Alcohol Drugs**, v.75, n.1, p.93-102, 2014.

MEWTON, L. *et al.* **Lifetime perspective on alcohol and brain health**. 2020.

MOJTABAI, R. *et al.* National trends in the prevalence and treatment of depression in adolescents and young adults. **Pediatrics**, v.138, n.6, p.2016-1878, 2016.

MOURA, L. R. *et al.* Fatores associados aos comportamentos de risco à saúde entre adolescentes brasileiros: uma revisão integrativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, 2018.

NADALETI, N. P. *et al.* Avaliação do consumo de álcool entre adolescentes e os problemas associados. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog**, v.14, n.3, p.168-176, 2018.

NOEL, J. K. *et al.* Exposure to digital alcohol marketing and alcohol use: A systematic review. **Journal of Studies on Alcohol and Drugs**, Sup19, p.57–67, 2020.

OLIVEIRA, L. M. F. T. D. *et al.* Influência do tabagismo parental no consumo de álcool e drogas ilícitas entre adolescentes. **Einstein**, São Paulo, 2019.

PAGLIACE, A. G. S. *et al.* Avaliação do cuidado às crianças e aos adolescentes usuários de substâncias psicoativas: potencialidades e fragilidades. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 28, p. 1-14, 2019.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Artmed editora, 2013.

PARRY, C. D.; FITZGERALD, N. **Alcohol policy and public health** — contributing to the global debate on accelerating action on alcohol. Multidisciplinary Digital Publishing Institute, 2020.

PELTIER, M. R. *et al.* Sex differences in stress-related alcohol use. **Neurobiol Stress**, v.10, p.100-149. 2019.

PEUKER, A. C. W. *et al.* Uso de álcool y otras drogas por adolescentes: asociaciones con problemas emocionales y comportamentales y el funcionamiento familiar. **Psicologia Clínica**, v. 32, n. 2, p. 315-334, 2020.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Risk factors for alcohol use in the life and in the year among high school teenagers. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog**. (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. p, n. 1, p.18-24, 2013.

PRIOTTO, E. P.; BONETTI, L. W. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Rev Dialogo Educ**, v. 9, n. 26, p. 161-79, jan-abr, 2009.

RICHMOND-RAKERD, L. S. *et al.* Age of initiation and substance use progression: A multivariate latent growth analysis. Psychology of addictive behaviors. **Journal of the Society of Psychologists in Addictive Behaviors**, v.31, n.6, p.664-75, 2017.

SAMPAIO FILHO, F. J. L. *et al.* Percepção de risco de adolescentes escolares na relação consumo de álcool e comportamento sexual. **Rev Gaúcha Enferm.** Porto Alegre (RS), v. 31, n. 3, p. 508-14, set. 2010.

SCIVOLETTO, S. *et al.* Relação entre consumo de drogas e comportamento sexual de estudantes de segundo-grau de São Paulo. **Rev Bras Psiquiatr**, v. 21, n. 2, p. 87-94, 1999.

SILVA, J. F. *et al.* Adolescência e saúde mental: a perspectiva de profissionais da Atenção Básica em Saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, 2019.

SISK, C. L.; FOSTER D. L. The neural basis of puberty and adolescence. **Nat Neurosci**, v. 7, n. 10, p. 1040-7, 2004.

SMITH, L. A.; FOXCROFT D. R. The effect of alcohol advertising, marketing and portrayal on drinking behaviour in young people: Systematic review of prospective cohort studies. **BMC Public Health**, v.9, n.51, 2009.

SPEAR, L.P. Effects of adolescent alcohol consumption on the brain and behaviour. **Nat Rev Neurosci**, v.19, p.197-214, 2018.

STONE, A. L. *et al.* Review of risk and protective factors of substance use and problem use in emerging adulthood. **Addict Behav.**, v. 37, p. 747-775, 2012.

SUDHINARASET, M. *et al.* Social and Cultural Contexts of Alcohol Use: Influences in a Social-Ecological Framework. **Alcohol Res.**, v.38, p. 35-45, 2016.

TEUNISSEN, H. A. *et al.* Friends' drinking norms and male adolescents' alcohol consumption: The moderating role of performance-based peer influence susceptibility. **J Adolesc**, v.53, p. 45-54, 2016.

VASTERS, G. P.; PILLON, S. C. O uso de drogas por adolescentes e suas percepções sobre adesão e abandono de tratamento especializado. **Rev Latinoam Enferm**, v. 19, p. 1-8, 2011.

WHO. **Alcohol and adolescent mental health**. World Health Organization, 2021. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-mental-health>>. Acesso em: 10 set. 2021.

WHO. **Global status report on alcohol and health 2018**. World Health Organization, 2018. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789241565639>>. Acesso em: 10 set. 2021.

WHO. **World Health Statistics 2019: Monitoring health for the SDGs**. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/world-health-statistics-2019-monitoring-health-for-the-sdgs-sustainable-development-goals>>. World Health Organization, 2019. Acesso em: 10 set. 2021.

YAP, M. B. H. *et al.* Modifiable parenting factors associated with adolescent alcohol misuse: a systematic review and meta-analysis of longitudinal studies. **Addiction**, v.112, p1142-62, 2017.

YUEN, W. S. *et al.* Adolescent Alcohol Use Trajectories: Risk Factors and Adult Outcomes. **Pediatrics**, v.146, n.4, p.440, 2020.

ZAPPE, J. G. **Comportamento de risco na adolescência: aspectos pessoais e contextuais**. Tese de doutoramento: Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

4. EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO NARRATIVA

Jaizyara Mary Silva

Juliana Maria Batista Ferreira

Mariana de Fátima Alves Arruda

Viviane Colares

INTRODUÇÃO

Conforme expresso pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a faixa etária da adolescência é caracterizada dos 10 aos 19 anos (OMS, 1978). Compreende-se que nessa fase do ciclo de vida, podem ser verificadas diversas mudanças, entre elas a construção da identidade pessoal e sexual e introdução da vida sexual (FILIPINI *et al.*, 2013; LOURENÇO e QUEIROZ, 2010; ROCHA *et al.*, 2012).

Nesse contexto, a sexualidade passa a ser abordada como fundamental na vida dos seres humanos, englobando o debate acerca de sexo, gênero, identidade, orientação sexual, dentre outros. Ressalta-se que esses aspectos representam para os adolescentes um momento de intensa descoberta, com significativas influências ligadas aos contextos socioculturais (CAMPOS *et al.*, 2013; PONTES, 2011).

Considerando o exposto acima, bem como a escola um espaço social e de promoção à saúde, esta revisão justifica-se pela necessidade de compreender as ações de saúde diante da discussão de gênero na adolescência e como isso reflete na vivência da sexualidade e construção de suas identidades. Assim, o objetivo deste trabalho foi descrever o estado da

arte da literatura científica acerca da educação de adolescentes sobre gênero e sexualidade nas escolas brasileiras. Vamos identificar a importância do debate de gênero e sexualidade para adolescentes nas escolas brasileiras; conhecer os desafios da implementação do debate sobre gênero e sexualidade para adolescentes nas escolas segundo a conjuntura política brasileira; e verificar cenários e atores envolvidos na educação de adolescentes brasileiros sobre gênero e sexualidade.

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, a qual

não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores (...) (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2015).

Para a realização desta revisão narrativa, houve um levantamento bibliográfico elaborado por três revisoras nos meses de outubro e início de novembro de 2021, utilizando as seguintes bases de dados: Scielo, PubMed e Google Scholar. Não foram utilizados filtros relacionados ao ano de publicação, no entanto estes foram aplicados para selecionar estudos apenas nos idiomas inglês, português e espanhol.

Para as estratégias de busca, houve a utilização dos termos indexados nos Descritores em Ciências da Saúde (DECS). Na Scielo e no Google Scholar: “Brasil”, “adolescente”, “gênero”, “sexualidade”, “educação em saúde”, “acesso aos serviços de saúde”, “política de saúde”. Na PubMed:

“health education”, “Brazil”, “health policy”, “health services accessibility”, “adolescent”, “teenager”, “sexuality”, “gender”, “gender identity”. Nas buscas, foram utilizados os operadores booleanos OR e AND.

A revisão narrativa da literatura neste estudo foi dividida em duas etapas: a primeira refere-se à leitura dos títulos e resumos das publicações, a segunda diz respeito à leitura na íntegra das publicações.

Foram incluídos artigos científicos, dissertações, políticas de saúde, legislações da saúde e relatórios. Foram excluídas as publicações que não respondiam à pergunta condutora do estudo. As etapas foram realizadas de modo independente pelas autoras.

IMPORTÂNCIA DO DEBATE DE GÊNERO E SEXUALIDADE PARA ADOLESCENTES NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

O período da adolescência ainda apresenta espaços de tempo diferentes, de acordo com a perspectiva de avaliação. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015), a adolescência é estabelecida no período de vida entre os 10 e os 19 anos de idade. Já de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a adolescência corresponde à faixa etária dos 12 aos 18 anos incompletos (BRASIL, 1990).

Para Marty e Cardoso (2008, p. 11), a adolescência não é somente um período de transição da infância para a vida adulta, “[...] é um processo psíquico que organiza a vida do sujeito retroativamente dando sentido à sexualidade infantil”.

Por outro lado, a sexualidade vai além do conceito sexo, pois envolve aspectos sociais, culturais e pessoais, sendo iniciada desde o nascimento; porém, é na puberdade que o indivíduo está capacitado para concretizar a sexualidade por meio da prática sexual (BRASIL, 2008).

A sexualidade humana também é uma construção social e cultural, sendo marcada, na adolescência, por descobertas e experimentações, assim como pela crescente autonomia, tomada de decisões e afirmação das identidades (VASCONCELOS *et al.*, 2016).

Nessa fase, a sexualidade se manifesta de forma diferenciada para cada indivíduo, superando o aspecto biológico, revelando-se também como um fenômeno psicológico e social, influenciado pelas crenças, valores pessoais, familiares, normas morais e tabus da sociedade (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015; NOTHAFT *et al.*, 2014).

Estudos apontam que ao iniciarem sua vida sexual de forma precoce, os adolescentes se expõem à prática de sexo desprotegido, associado a um maior quantitativo de parceiros ao longo da vida, podendo acarretar Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gravidez na adolescência e outros agravos à saúde (CAMPOS *et al.*, 2018; ALVES & OLIVEIRA, 2017).

Ademais, as subjetividades plurais que se tornam evidentes nas culturas e subculturas contemporâneas podem ser ou não problemáticas para cada indivíduo, especialmente na fase da adolescência, período em que a elaboração das identidades ganha destaque (FIORINI; AIRES, 2018).

A potencialidade da categoria gênero para a análise de processos de produção de desigualdades sociais e das suas consequências para a saúde justifica a relevância da sua incorporação no campo da Saúde Pública, uma vez que se uti-

lizando de características biológicas que distinguem corpos masculinos e femininos como argumentos para produzir assimetrias entre os sexos, as diversas culturas e a sociedade estabelecem lugares e papéis específicos a serem ocupados por homens e mulheres (VILELA *et al.*, 2020; OLIVEIRA *et al.*, 2021).

Sabendo que gênero trata-se de uma construção social e também da importância da adolescência na formação da identidade de meninos e meninas e a escola, por sua vez, é território e cenário de experiências constitutivas das trajetórias de rapazes e moças, particularmente no aprendizado e na construção de sexualidades e relações de gênero, entende-se que a vivência na e a partir da escola é relevante na conformação de modos de expressar o gênero e das relações de poder que operam a partir de corpos compreendidos como masculinos ou femininos (BARBOSA *et al.*, 2019; OLIVEIRA *et al.*, 2021).

Por outro lado, vale ressaltar a dificuldade em tratar questões de gênero e sexualidade, incluindo o diálogo sobre a diversidade sexual dentro das escolas brasileiras, havendo a ausência de esclarecimento sobre a conduta educativa que devem ter os educadores frente a essas questões e da importância desse diálogo no âmbito pedagógico (FIGUEIREDO; CÂNDIDO, 2018).

Nardi e Quartiero (2012) perceberam em seu estudo um distanciamento dos educadores da questão da diversidade sexual por meio de um “não saber”, que retira também suas responsabilidades éticas, contribuindo por essas diversas formas de se desviarem da questão, para o processo de invisibilizar os indivíduos LGBTQIA+.

O ambiente escolar, juntamente com o familiar, se constitui como o principal ambiente de construção de subje-

tividades, e pode ser tanto um espaço de aprendizado como de reprodução de padrões discriminatórios, contribuindo para hierarquizações de diferenças, sejam elas de classe, etnia, gênero ou sexualidade (DIAS *et al.*, 2017).

Portanto, estratégias voltadas à informação dos adolescentes, em especial direcionadas àqueles em período escolar, com vistas à promoção de uma discussão crítica e reflexiva, extensiva aos seus responsáveis e professores, são de extrema importância (DIAS *et al.*, 2017).

Nesse sentido, é imprescindível buscar um caminho que apoie efetivamente os adolescentes em suas necessidades, que lhes permita acesso a esclarecimentos, empoderando-os por meio de informações corretas para que a participação de cada indivíduo em sua vida sexual e reprodutiva se dê de maneira segura e satisfatória, possibilitando, assim, a liberdade de decisão, livre de discriminação, coerção e violência (FIGUEIREDO; CÂNDIDO, 2018).

CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA: DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO DEBATE SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE PARA ADOLESCENTES NAS ESCOLAS DO BRASIL

No final da década de 1990, foi instituída através da Lei Nº 9.394 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que apresenta em seu escopo as diretrizes e bases da educação nacional. A referida legislação também versa sobre a discussão da orientação sexual como temática inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) tanto nas séries que fazem parte do ensino fundamental quanto nas séries do ensino médio. Este debate tem como objetivo abordar as diversas informações sobre sexualidade na adolescência, sejam elas de forma sociológica, psicológica e fisiológica (BRASIL, 1996).

No setor saúde, as ações de promoção da saúde sexual podem ser visualizadas no Programa Saúde na Escola (PSE), que foi implantado por meio do Decreto N° 6.286, de 5 de dezembro de 2007, e tem em sua estrutura o trabalho multidisciplinar de profissionais da saúde e da educação (BRASIL, 2007).

A sexualidade no período da adolescência pode ser considerada como um desafio, portanto a escola é um ambiente de extrema importância para a realização do debate acerca da promoção à saúde sexual (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2016).

Na obra intitulada como “Dossier << A ideologia de Gênero >> e Religião”, Freire (2018) explana que no ano de 2017 foi realizado um debate acerca da construção da terceira versão da chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC tem como finalidade estabelecer os aspectos essenciais que os estudantes “devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2021). Portanto, dois temas ocasionaram uma intensa discussão, quais sejam: gênero e sexualidade. A ala mais conservadora deste debate conceituou esse assunto como uma ideologia de gênero (FREIRE, 2018).

Na obra, o primeiro capítulo, denominado de “Ideologia de Gênero’ e a Política de Educação no Brasil: Exclusão e Manipulação de um Discurso Heteronormativo”, escrito por Freire (2018), relata uma reflexão sobre a expressiva contestação de autoridades políticas no entorno desse tema, que obteve acentuada discussão com a produção do Plano Nacional de Educação de 2014. O argumento utilizado por esse grupo conservador é o de que o referido assunto vai de encontro com a “ordem natural dos corpos, portanto é perigoso/ameaçador para estar nos currículos escolares”.

Bem como ocorreu em 2011 com o projeto “Escola Sem Homofobia”, que tinha como objetivo combater a violência e o preconceito contra a população LGBTQIA+, mas que após intensos esforços da sociedade conservadora, com apoio de representantes políticos, ficou conhecido como “kit gay”. Essa ação pode ser caracterizada pelo que Miskolci (2007 apud ROMANCINI, 2018) cita como “pânico moral”, no qual o grupo representado por políticos de alas conservadoras impõe suas concepções suscitando uma modificação da proposta original do projeto em questão.

Posto isso, Altmann (2007) assinala que apesar de a inclusão do tema educação sexual nas escolas ser um assunto que deve ser decorrente durante as atividades curriculares, há diversos desafios nos seus repasses e diálogos por parte tanto dos professores quanto da família e sociedade como um todo, uma vez que essa temática está permeada por um forte tabu.

Portanto, entende-se que há um distanciamento entre o cotidiano dos adolescentes e a abordagem por parte da sociedade sobre as questões de gênero e sexualidade. Isso fica mais evidente quando os assuntos referem-se ao começo da vida sexual, principalmente para as meninas, e a orientação sexual (AMARAL; FONSECA, 2006; BRASIL, 1998; SCHALL, 2005).

Em 2010, o Ministério da Saúde estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Dentre as diversas temáticas abordadas por esse material, há uma discussão sobre os direitos sexuais do adolescente e a equidade de gênero. A primeira busca explanar no texto sobre a imagem que é repassada do papel da mulher e do homem na sociedade, através das mídias, o que corrobora

nas desigualdades de sexo, e o quanto isso pode influenciar na vida das(os) adolescentes. Tal problemática pode refletir também no acesso desses adolescentes às informações sobre o planejamento familiar e reprodutivo, assim como na prevenção de ISTs. O material enfatiza, ainda, que há um maior avanço no que concerne à saúde reprodutiva do que na saúde sexual. O segundo tema discorre sobre os valores culturais e sociais, impostos como algo padrão na sociedade, e a relação destes com a desigualdade entre mulheres e homens. Na adolescência, isso pode ser facilmente identificado no modo como a identidade masculina é fortemente convencionalizada pelo corpo social, seja coibindo atitudes consideradas “femininas”, seja incentivando os meninos a provarem sua virilidade (BRASIL, 2010).

Nesse contexto, o artigo designado por “Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência” relata em seu escopo uma análise sobre o processo de estigmatização contra adolescentes no que tange a sua orientação sexual e identidade de gênero. A discriminação da sociedade para com esse assunto demonstra intenso estigma a que diversos adolescentes são frequentemente submetidos, por não estarem inseridos nos padrões de sexualidade e gênero impostos pelo corpo social (SILVA *et al.*, 2021).

Diante disso, a expressão “estigma” significa algo que tem como objetivo desqualificar, menosprezar e humilhar outro, podendo ser em dimensão individual ou coletiva (GOFFMAN, 1988).

Portanto, é através da estigmatização que há a produção das chamadas estruturas sociais e sexuais, as quais têm suas bases fundamentadas na heterossexualidade e na homossexualidade. Dessa forma, verifica-se que a socieda-

de, principalmente a brasileira, tem como forte alicerce o patriarcado e o machismo, resultando em obrigatoriedade a aceitação da heterossexualidade e censurando a homossexualidade (MISKOLCI, 2009).

Borrillo (2009) relata que os adolescentes que não seguem os padrões esperados pela sociedade podem ser penalizados de diversas formas, dentre elas: violências físicas, verbais e psicológicas, desigualdade de acesso tanto na saúde quanto na educação.

Desse modo, estudos descrevem que a prática da homofobia é caracterizada como um determinante social da saúde, uma vez que impacta diretamente no estilo de vida e na saúde dos adolescentes. Foi realizado um estudo no Canadá com 300 adolescentes não heterossexuais para identificar como os diversos tipos de violência geram consequências na vida destes (BLAIS; GERVAIS; HEBERT, 2014). Como resultado, foram encontradas diversas relações, no entanto a associação mais acentuada ocorreu entre violência e tentativa de suicídio (TEIXEIRA-FILHO; RONDINI, 2012).

Diante desses desafios e com a finalidade de assegurar o princípio da equidade, foi implantada em 2008 a primeira edição da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais. Através dessa política, busca-se a redução nas desigualdades em saúde, especificamente no acesso dessa população às ações e serviços públicos de saúde (BRASIL, 2008).

Considerando que a temática de gênero e sexualidade perpassa pela questão do acesso à saúde, faz-se necessário defini-lo. O acesso, segundo Foreit (1999), pode ser definido como algo abrangente, que tem como finalidade prestar uma assistência à saúde eficiente para a população. Para que exista essa qualidade na atenção à saúde, o acesso é divi-

dido a partir de cinco dimensões, quais sejam: geográfica, que analisa as condições de deslocamento do domicílio até o serviço de saúde; econômica, que explana sobre os custos para deslocamento e aquisição de algum medicamento ou realização de exame; administrativa, que se refere a horário de atendimento, marcação de consulta e qualidade do atendimento; informativa, isto é, a capacidade do serviço de saúde em oferecer informação de qualidade e que utilize de linguagem simples; e psicossocial, que diz respeito aos obstáculos culturais que os adolescentes podem enfrentar para chegar ao serviço de saúde. É papel dos profissionais de saúde minimizar essas barreiras.

Para Hortale, Conill e Pedroza (1999), o termo “acesso” tem em sua estrutura a capacidade de avaliar a qualidade do que é ofertado pelo sistema de saúde, a partir da implantação das políticas e dos programas de saúde. Acerca disso, proporcionar políticas de saúde destinadas ao acesso de adolescentes a ações de educação sexual é planejar estratégias sob óticas diversas, entre elas: autoconfiança e autoestima, sexualidade, capacidade de refletir sobre os papéis impostos pelo meio social e conseguir criticá-los (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2017).

É fundamental compreender as temáticas de gênero e sexualidade nas áreas de educação e saúde para que ações e estratégias multidisciplinares sejam cada vez mais postas em prática, utilizando a integralidade, a inter e a intrasetorialidade e a promoção da saúde (MINAYO, 2013).

CENÁRIOS E ATORES ENVOLVIDOS NA EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES BRASILEIROS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE: QUAL É A SITUAÇÃO?

Na busca por conhecer o cenário de ações educativas e de saúde sobre gênero e sexualidade entre os adolescentes em escolas brasileiras, buscamos autores que abordam tal tema e nos transmitem tal realidade, como a revisão sistemática de Furlanetto *et al.* (2018), que analisaram seis anos de estudos sobre educação sexual em escolas brasileiras com a finalidade de identificar as características dessas ações, bem como os profissionais que as realizavam.

Os autores encontraram que a maioria dos trabalhos elegíveis para seu estudo tinha o objetivo de relatar as intervenções de orientação/educação em saúde sexual, que se tratavam de ações temporárias feitas por profissionais que não faziam parte do quadro de funcionários das escolas e em sua maioria (75%) foram voltadas para alunos do ensino fundamental. Relatam ainda que essas intervenções foram feitas com metodologias diversificadas e até mesmo lúdicas. Em quase sua totalidade, os pesquisadores utilizaram métodos e teorias pedagógicas para fundamentar sua intervenção, como a metodologia freireana e círculos de cultura (FURLANETTO *et al.*, 2018).

Toda essa perspectiva descrita pelos autores é praticada por pesquisadores que realizaram seus trabalhos mais recentemente e em outros espaços sociais. Castro Júnior *et al.* (2019) relatam a experiência vivenciada no Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA) em uma capital do Nordeste onde abordaram temas com jovens que praticam atividades esportivas e culturais no espaço. Eles

construíram diálogos com temas relacionados à sexualidade, como contracepção, gravidez e outros, o mais comum.

Encontramos também o estudo de Santos *et al.* (2019), que descreveram a experiência da formação médica para incentivá-los a promover ações de educação em saúde com a população que utiliza os serviços da atenção básica e que realizaram intervenções em uma escola, promovendo atividades referentes à saúde sexual, anatomia feminina e masculina, métodos contraceptivos e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Discutiram ainda outros temas que surgiram mediante dúvidas dos adolescentes, inclusive homossexualidade e a importância do uso de camisinha em todas as relações.

Portanto, percebe-se que no Brasil, há discussão sobre gênero e sexualidade com adolescentes e nas escolas brasileiras, porém não é algo normativo. Para que essa discussão aconteça, é necessário a intervenção de pessoas que realizam tal projeto, a exemplo disso profissionais de saúde que atuam na área acadêmica. Mas nos chama atenção que apesar disso não há um recorte de gênero nos debates existentes tão presente como o de sexualidade. E nos faz refletir os desafios de adolescentes que não sejam héteros e vivem em uma sociedade patriarcal e heteronormativa como a brasileira.

É notável que a discussão sobre gênero, sexualidade, apesar de tornar-se mais relevante, ainda é um assunto regado a tabus e preconceitos. Os estudos presentes sobre o tema na área da educação apresentam a temática como sensível aos profissionais da educação, e quando observadas as pesquisas voltadas a esse público, destaca-se a lacuna existente na formação de professores sobre essas temáticas. Além de salientar que o Brasil vive uma conjuntura de discursos e comportamentos discriminatórios e conservadores, resultando em

preconceito e desafios para integrar tal discussão a todas as escolas brasileiras (LUCENA; SOUZA, 2020).

Figueiró (2010 apud FURLANETTO *et al.*, 2018) aborda aspectos necessários à continuidade dessa discussão e afirma que a educação sexual, quando baseada na história e na cultura, confere uma abordagem emancipatória e libertadora capaz de transformar os padrões de relacionamento sexual. Nesse entendimento, o educador que visa colaborar com os adolescentes na compreensão das normas sexuais como construção social precisa respeitar a diversidade sexual e de gênero.

E além desses desafios, acreditamos que vivemos o de não nos rendermos ao preconceito e incluímos em nossos discursos a população LGBTQIA+, pois se já é difícil discutirmos com adolescentes questões de sexualidade, devido ao que já vimos da sociedade brasileira, é ainda mais desafiador falarmos para esse público.

Em estudo recente, Silva *et al.* (2021) abordam o impacto do estigma e da discriminação diante do sofrimento psíquico de adolescentes LGBT. Eles relatam experiências discriminatórias e mostram como estas favorecem a exclusão social, ocasionando sentimento de vergonha e abandono escolar. Chega a ser necessário uma dose de coragem para terminar de ler o referido estudo, pois há relatos como:

Então, digamos que na época daquela escola eu tinha uma aparência muito mais feminina do que eu tenho agora. Então lá os meninos me achavam meio que aquele experimento que falam, né? Eu sofri uma agressão (pausa) na escola (pausa), eu sofri um estupro coletivo de colegas da minha escola e foi uma época assim

que eu quis parar mesmo de estudar por motivos de saúde mesmo, e não me senti bem no ambiente escolar, foi a época que eu me senti mais (suspira) vulnerável. (A6) (Silva *et al.*, 2021, pág. 2647).

Entendemos que a educação sobre gênero é questão física, mas também psicológica, social e econômica que deve ser estendida a todos, seja ele LGBTQIA+ ou não, pois os impactos da discriminação refletem não apenas na sexualidade dos adolescentes brasileiros LGBTQIA+, mas no direito à vida. Bortoni (2017 apud BARROS, 2021) afirma que o Brasil é um dos países que mais matam pessoas transexuais no mundo, e a violência contra essa população é tão severa, que de acordo com dados do IBGE, a expectativa de vida dessas pessoas não ultrapassa a média nacional da expectativa de vida.

Refletimos e reforçamos o posicionamento de Ferreira e Borba (2021), que destacam a importância de debater e construir conhecimentos para transformar a realidade dos adolescentes e promover uma adolescência saudável e emancipada das opressões, obstáculos, preconceitos e normatizações. Eles também afirmam:

É relevante ter espaços cada vez mais amplos para fala, escuta e acolhimento, bem como para construção de conhecimento voltado ao empoderamento das/os jovens acerca de seus direitos de cidadãs/ãos, e forma de fortalecimento de sua atuação como sujeito de transformação social, capaz de impactar no território que ocupa (Ferreira e Borba, 202, pág. 341).

Então, que melhor espaço para discutir um assunto de tal relevância como gênero e sexualidade com adolescentes do que a escola, ambiente esse considerado primeiro convívio social após o da família e com potencial para agregar esse desafio e contribuir com a construção de responsabilidade por esse público?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que a literatura científica apresenta algumas limitações quanto à abordagem de gênero e sexualidade para adolescentes nas escolas brasileiras. Grande parte das publicações está centrada na saúde reprodutiva e na prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis, especificamente o do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

Destaca-se que se faz necessário o diálogo sobre gênero e sexualidade com os adolescentes. A implementação desse diálogo pode reduzir as situações de estigmas e discriminações a que os adolescentes são frequentemente expostos. Ademais, percebe-se a necessidade de ampliar a discussão considerando o recorte racial na abordagem sobre gênero e sexualidade na população adolescente.

Nesse contexto, é necessária a realização de estudos que discorram e aprofundem a importância da discussão de gênero e sexualidade nas escolas. Também é fundamental o investimento por parte do Estado em ações e estratégias relacionadas a essa temática, com a presença de equipe multidisciplinar.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Á. Sexualidade adolescente como foco de investimento político-educacional. **Educ Rev**, v. 46, p. 287-310, 2007.

ALVES, K. R.; OLIVEIRA, P. S. Sexualidade na adolescência, percepção e cuidados na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis: uma revisão de literatura. **Revista Rede de Cuidados em Saúde**, v. 11, n. 01, p. 1-11, 2017.

AMARAL, A. M.; FONSECA, R. M. Entre o desejo e o medo: as representações sociais das adolescentes acerca da iniciação sexual. **Rev Esc Enferm. USP**, v. 40, n. 4, p. 469-76, 2006.

BARBOSA, L. U. *et al.* [Percepção de adolescentes sobre sexualidade e saúde reprodutiva: a escola como espaço para a educação sexual]. **Cultura de los Cuidados (Edición digital)**, v. 23, n. 55, p. 25 - 34, set 2019. Espanhol.

BARROS, A. K. MOVIMENTO LGBT E VIOLÊNCIAS CONTÍNUAS: CENÁRIO NOS ANOS DE 2019 E 2020 NO BRASIL. **X Cinabeh: Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 656-675, maio 2021.

BLAIS, M.; GERVAIS, J.; HEBERT, M. Homofobia internalizada como um mediador parcial entre bullying homofóbico e auto-estima entre os jovens das minorias sexuais em Quebec (Canadá). **Cienc saude colet.**, v. 19, n. 3, p. 727- 735, mar 2014.

BORRILLO, D. **Homofobia**. In: Lionço T, Diniz D. (Orgs.). **Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres: Ed UnB, 2009.

BORTONI, L. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-damedia-nacional>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília. Diário Oficial da União 6 dez 2007.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para atenção integral à saúde dos adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília, 2010.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Diário Oficial da União 23 dez 1996.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações **Programáticas Estratégicas Saúde do adolescente: competências e habilidades**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. Palácio do Governo. Casa Civil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. p. 13563.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Brasília, 1998.
- BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais**. 1st ed. Brasília, 1998.
- CAMPOS, H. M. *et al.* Diálogos com adolescentes sobre direitos sexuais na escola pública: intervenções educativas emancipatórias. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 3, p. 1-15, set 2018.

CAMPOS, H. M., SCHAMM, V. T., NOGUEIRA, M. J. Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: interlocuções com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Saúde debate**, v. 37, n. 97, p. 336-346, 2013.

CASTRO JÚNIOR, A. R. *et al.* Habitando territórios: construções e desconstruções na educação em saúde sobre a sexualidade junto a adolescentes. **Brazilian Journal Of Health Review**, [S.L.], v. 2, n. 5, p. 4710-4718, 2019.

DIAS, E. G. *et al.* Conhecimento e comportamento dos adolescentes de uma escola pública sobre sexualidade e métodos contraceptivos. **Rev baiana de saúde pública**, v. 41, n. 1, p. 120-130. jan./mar. 2017.

FERREIRA, E. A. adolescentes no espaço escolar e o conhecimento a respeito da saúde sexual e reprodutiva. **Rev Cogitare Enferm**, v. 23, n. 2, mar 2018.

FERREIRA, L. S.; BORBA, J. S. A transversalidade da diversidade de gênero e sexualidade na educação em saúde: relato de um projeto de extensão. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 325-342, abr. 2021.

FIGUEIRÓ, M. N. Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed. Londrina: **Eduel**, 2010.

FILIPINI, C. B. *et al.* Transformações físicas e psíquicas: um olhar do adolescente. **Adolescência e saúde**, v. 10, n. 1, p. 22-29, 2013.

FOREIT, J. R. **Investigación operativa en planificación familiar**. Foreit JR, Frejka T. (eds). Nueva York: Population Council, 1999.

FREIRE, P. Dossier << A Ideologia de Género >> e a Religião. **Exaequo**, n. 37, p. 33-46, 2018.

FURLANETTO, M. F.; MARIN, A. H.; GONÇALVES, T. R. Acesso e qualidade da informação recebida sobre sexo e sexualidade na perspectiva adolescente. **Rev Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 644-664, set/dez 2019.

FURLANETTO, M. F. *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 48, n. 168, p. 550-571, jun. 2018.

GOFFMAN, E. **Estigma: Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

HORTALE, V. A.; CONILL, E. M.; PEDROZA, M. Desafios na construção de um modelo para análise comparada da organização de serviços de saúde. **Cad Saúde Pública**; v. 15, n. 1, p. 79-88, 1999.

JOHN, N. *et al.* **Socialização de gênero durante a adolescência em países de baixa e média renda: conceituação, influências e resultados**. Florença: Escritório da UNICEF de Pesquisa - Innocenti, 2017.

LOURENÇO, B.; QUEIROZ, L. B. Crescimento e desenvolvimento puberal na adolescência. **Rev Med.**, v. 89, n. 2, p. 70-75, 2010.

LUCENA, J. C.; SOUZA, S. C. **GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA**. 2020. 32 f. Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17924/1/JCFL21082020.pdf>>.

MARTY, F.; CARDOSO, M. R. **Adolescência: um percurso franco-brasileiro**. In M. R. Cardoso & F. Marty (Orgs.). *Destinos da adolescência* (pp. 9-16). Rio de Janeiro: 7Letras.

MINAYO, M. C. Violência e educação impactos e tendências. **Revista Pedagógica**, v. 15, n. 31, p. 249-264, jul/dez 2013.

MISKOLCI, R. A. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociol**, v. 11, n. 21. p. 150-82, 2009.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sex, Salud Soc**, v. 11, p. 59-87, ago 2012.

NOTHAFT, S. C. *et al.* Sexualidade do adolescente no discurso de educadores: possibilidades para práticas educativas. **REME rev. min. enferm.**, v. 18, n. 2, p. 284-289, mai 2014.

OLIVEIRA, D. B.; VILELA, S. F.; SILVA, K. V. Relações entre religião e identidade negra em adolescentes candomblecistas de Olinda-PE. **Revista de Extensão da UPE**, Recife, v. 6, sup. 1, 2021.

Organização Mundial de Saúde. **Health Topics**. Adolescent health. Genebra: OMS. 2015. Disponível em: <http://who.int/topics/adolescent_health/en/>.

Organização Pan-Americana da Saúde. **Ação Global Acelerada para a Saúde de Adolescentes (AA-HA!)**: guia de orientação para apoiar a Implementação pelos países. Washington, D.C, 2018.

PONTES, A. F. **Sexualidade: vamos conversar sobre isso** [Dissertação]. Portugal: Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, 2011.

ROCHA, F. A. *et al.* Programa de Saúde da Família: percepção de adolescentes de um município do Estado do Ceará. **Revista Adolescência e saúde.**, v. 9, n. 2, p. 7-13, 2012.

ROMANCINI, R. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. **Contracampo**, v. 37, n. 02, p.87-108, nov.2018.

SANTOS, A. C. *et al.* Relato de Experiência: construção e desenvolvimento do programa de saúde na escola (pse) sob a perspectiva da sexualidade na adolescência. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [S.L.], v. 43, n. 4, p. 193-199, dez. 2019.

SCHALL, V. T. Educação em saúde no contexto brasileiro: influências sócio-históricas e tendências atuais. **Educ Foco**, v. 1, n. 1, p. 41-58, 2005.

SILVA, J. C. *et al.* Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 7, p. 2643-2652, jul. 2021.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A. Ideações e Tentativas de Suicídio em Adolescentes com Práticas Sexuais Hetero e Homoeróticas. **Saude Soc**, v. 21, n. 3, p. 651-667, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Faculdade de Ciências Agrônômicas. **Tipos de Revisão de Literatura**. Botucatu, 2015.

VASCONCELOS, A. C. *et al.* Eu virei homem!: a construção das masculinidades para adolescentes participantes de um projeto de promoção de saúde sexual e reprodutiva. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 186-197, jan/mar 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Primary Health Care - Report of the International Conference on PHC, Alma-Ata. Genève: WHO; 1978.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Regional Office for Europe. Action Plan for Sexual and Reproductive Health: Towards achieving the 2030 Agenda for Sustainable Development in Europe – leaving no one behind**. Copenhagen, 2016.

5. A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO EM SAÚDE PARA OS ADOLESCENTES

Alka Daby Nascimento de Sales
Anila Thais Lucena Barbosa
Iraneide Nascimento dos Santos
Joana Barbosa Gabriela Borjes Soares
Viviane Colares

INTRODUÇÃO

O letramento em saúde (LS) é entendido como a capacidade para tomar decisões informadas sobre a saúde e de atender às demandas complexas de saúde na sociedade moderna (SVENDSEN *et al.*, 2020), focado nas questões sócio-históricas do fenômeno (TFOUNI, 2006). Diferente da tradução do termo em inglês *literacy*, que significa “alfabetismo”, dicionarizada como “estado ou qualidade de alfabetizado”, esta não é uma palavra utilizada com frequência (SOARES, 2006).

Por volta dos anos 1980, com o surgimento desse novo campo de estudo, as palavras “letramento”, *illettrisme* e “literacia” surgiram respectivamente no Brasil, França e Portugal, com o intuito de estudar a influência do letramento no contexto da saúde (SANTOS *et al.*, 2015).

O conceito de LS relaciona-se também com as habilidades dos indivíduos em entender os aspectos do autocuidado e dos cuidados à saúde para a tomada de decisões. Além do termo LS, o letramento funcional em saúde (LFS) também vem sendo utilizado com frequência nas produções científicas, mas com o mesmo significado.

Domínios funcionais, interativos e críticos compõem o LS. O âmbito funcional refere-se às habilidades básicas de leitura e escrita de informações de saúde, o de interação refere-se às habilidades avançadas que permitem aos indivíduos extrair e derivar significado de informações de saúde, e o crítico refere-se às habilidades avançadas usadas para avaliar informações de saúde e controle sobre os determinantes sociais (NUTBEAM, 2000).

Além disso, o LS constituiu-se como a opção cotidiana de decisões de saúde conscientes, a exemplo da saúde sexual e reprodutiva, que é influenciada por uma miríade de fatores sociais, incluindo alfabetização em saúde, acesso à saúde, normas sociais e culturais, seguro de saúde, nível educacional, nível socioeconômico, sexo, identidade de gênero e orientação sexual e comportamento (STUMBAR; GARBA; HOLDER, 2018).

Contudo, em todo o mundo o LS da população é inadequado, evidenciando que os indivíduos apresentam uma menor quantidade de informação, menor acesso ao conhecimento de saúde on-line, não têm a capacidade de avaliar a qualidade da informação de diferentes fontes e nem utilizam os serviços preventivos e de alta complexidade, elevando os custos da atenção à saúde (INSTITUTE OF MEDICINE OF NATIONAL ACADEMIES, 2013).

No Brasil, o LS é pouco explorado no contexto das práticas e gestão em saúde (MORAES *et al.*, 2021), bem como são incipientes as pesquisas de amplitude nacional com o intuito de evidenciar o seu nível e se isso afeta a saúde da população (PASSAMAI *et al.*, 2012). Ademais, há grande deficiência no cenário brasileiro de políticas públicas que assegurem saúde integral, especificamente para o público adolescente, e na tentativa de suprir essa deficiência, os ado-

lescentes são sempre referenciados às políticas da criança ou do adulto. Por se tratar de um ciclo da vida de muitas descobertas devido a transformações físicas, biológicas e emocionais, precisa-se de uma atenção especial (NERY *et al.*, 2015; SILVA *et al.*, 2014).

Levando em consideração esse déficit governamental, o letramento em saúde na população adolescente é ainda mais importante e indispensável, uma vez que pode ser considerado um fator protetivo à saúde contra situações de risco a que esses indivíduos estão sujeitos (ROCHA; ROCHA; LEMOS, 2017).

Pelas fragilidades nas políticas públicas voltadas aos adolescentes e por todo contexto sociocultural no qual esses sujeitos estão inseridos, no presente capítulo será discutida a importância do letramento em saúde para adolescentes.

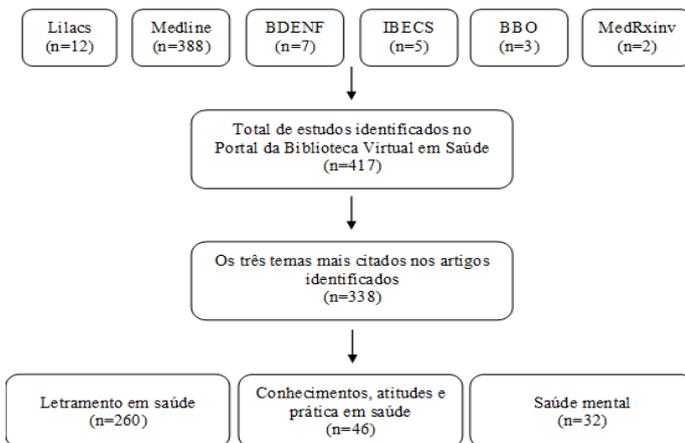
ESTRATÉGIA DE BUSCA DE DADOS NA LITERATURA

A revisão narrativa de literatura, que são publicações abrangentes, indicadas para mapear o estado da arte mais recente de tópicos de pesquisa, permite estabelecer relações entre estudos anteriores sobre o assunto, verificar temas recorrentes e apontar novas perspectivas (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014). Esse tipo de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa constitui a análise da produção científica na interpretação e análise crítica do autor. Embora a força da evidência científica seja considerada baixa devido à impossibilidade de reprodução, as revisões narrativas podem contribuir no debate de determinadas temáticas, levantando questões e colaborando na aquisição e na atualização do conhecimento em curto espaço de tempo (ROTHER, 2007).

Realizou-se uma busca da literatura em outubro de 2021 através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System On-line (MEDLINE), Banco de Dados em Enfermagem (BDENF), IBECS, BBO-Odontologia, CUMED e INDEX-Psicologia, considerando títulos e resumos publicados nos últimos cinco anos, sem filtro de idioma.

Foram utilizados os descritores: (*health literacy*) AND (*youth OR young OR childhood OR teenager OR adolescent OR adolescence OR adolescents OR student*) para seleção dos artigos nas bases de dados, e a partir do filtro assunto principal do portal da BVS, foi possível identificar os três termos mais citados nos estudos. A Figura 1 apresenta o fluxograma do processo de seleção dos estudos.

Figura 1- Fluxograma do processo de seleção dos estudos, Recife, PE.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

res índices de hospitalização, e com isso, elevados custos dos serviços públicos (NOURI; RUDD, 2015; WHO, 2009).

Pode-se dizer que esse baixo nível de LS está associado à pior qualidade de vida e implica diretamente dificuldades de leitura, entendimento e aplicação de orientações de saúde, como informações em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos, e problemas na compreensão de instruções médicas (GARCIA-RETAMERO *et al.*, 2016).

Ainda de acordo com a Organização Mundial de Saúde, inevitavelmente, o nível de alfabetização do indivíduo influencia na sua capacidade de letramento em saúde e atua como um forte preditor da renda, situação de emprego e nível de educação (WHO, 2013). Nessa perspectiva, os aspectos de origem social, econômica, cultural, ambiental e biológica atuam como determinantes da saúde do indivíduo (CARRAPATO *et al.*, 2017).

Em geral, as pesquisas em LS utilizam testes de capacidade para ler ou avaliações baseadas em texto de habilidades de leitura e aritmética; entretanto, diferentemente da alfabetização, não devem ser analisadas apenas a leitura e a escrita, pois a definição do LS extrapola essas habilidades, inclui domínios como a comunicação oral, que é um processo dinâmico, na intersecção das habilidades individuais e os requisitos de circunstâncias específicas (WESER; RUDD; JONG, 2010). Ou seja, o mais importante não é apenas saber se o indivíduo domina a leitura e a escrita, mas o que ele é capaz de fazer com essas habilidades, especificamente no âmbito da saúde (SAMPAIO *et al.*, 2015).

Dentre os vários fatores relacionados ao letramento em saúde, destaca-se a vulnerabilidade social e a escolaridade individual (MARTINS-REIS; SANTOS, 2012). Além disso, Rocha e Lemos (2016) constataram que o LS apresentou associação com variáveis sociodemográficas como sexo e idade.

Conhecimentos, atitudes e prática em saúde na adolescência

A adolescência é considerada uma fase de tensão e descoberta devido às inúmeras transformações físicas e biológicas concomitantes às psicológicas e sociais, próprias da idade. É em meio a todas essas transformações diante do despertar da sexualidade que se configura parte da personalidade de cada ser humano, além de ser uma necessidade básica que deve ser abordada junto a outros aspectos relevantes da vida (BARBOSA *et al.*, 2020).

Dentre os fatores relacionados ao conhecimento dos adolescentes, o LS vem sendo considerado um aspecto fundamental, uma vez que são de grande importância a compreensão, a avaliação e a aplicação das informações sobre saúde no cotidiano (ROCHA *et al.*, 2019), principalmente pela sua influência nas atitudes e práticas relacionadas a sua saúde.

Na adolescência, o desenvolvimento dessa habilidade pode ajudar, sobremaneira, nesse ciclo de vida tão relevante para a tomada de decisões futuras sobre o autocuidado e para o indivíduo ser capaz de cuidar da própria saúde (MANGANELLO, 2008).

A falta ou o baixo letramento em saúde leva o indivíduo, nesse caso o adolescente, a ter maior chance de tomar decisões que comprometam sua vida pessoal, profissional e familiar futuramente, tornando-o sujeito vulnerável dentro da sociedade em relação aos cuidados com a saúde. Do contrário, o LS permite compreender e aplicar as informações em benefício de uma qualidade e estilo de vida mais saudável (BARBOSA *et al.*, 2020; MANGANELLO, 2008).

Quanto a apresentar uma vida mais saudável, na adolescência destaca-se a importância de se ter conhecimento sobre a saúde sexual e reprodutiva, que está relacionada ao

acesso à informação, tratamento e prevenção de métodos contraceptivos, infecções sexualmente transmissíveis, aborto espontâneo, gravidez, parto seguro e de baixo risco e serviços pós-natais (ALVAREZ-NIETO *et al.*, 2015).

Os resultados de muitos estudos anteriores conduzidos no Irã indicam que os indivíduos geralmente têm conhecimento insuficiente e impreciso sobre saúde reprodutiva (BAZARGANIPOUR *et al.*, 2013; MOODI; MIRI; REZA, 2013; SHAYGANMEHR; HAZRATIAN, 2016). E, por vezes, esse conhecimento é incompleto, conforme indicou o estudo de Chawlowska *et al.* (2020) com jovens estudantes femininas.

Adolescentes com melhor percepção do convívio social e da inserção escolar tendem a apresentar melhor letramento funcional em saúde (ROCHA; LEMOS, 2017). O universo da escola representa para o adolescente espaço de aprendizagem para sua relação com o mundo. As redes sociais que propiciam interação e construção de saberes favorecem seu autocuidado e o desenvolvimento de competências e autonomia, o que está relacionado ao nível desse letramento. Assim, é fundamental que as escolas promovam ambientes favoráveis que os ajudem a desenvolver o conhecimento para alcance de um bom nível de LS (PATEL; DAWSE, 2013).

O LS tornou-se um importante problema de saúde pública e tem recebido atenção crescente nos últimos anos. No entanto, o conhecimento sobre essa temática em adolescentes e adultos jovens é limitado (OKAN *et al.*, 2018) e as pesquisas sobre LS em adolescentes ignoram as necessidades e habilidades específicas para o desenvolvimento desse grupo etário (JOSEPH; FLEARY, 2021). Porém, os adolescentes constituem um grupo-alvo importante, porque são cada vez

mais independentes e responsáveis por seus próprios comportamentos de saúde (RIISER *et al.*, 2020).

Sobre a influência dos pais no processo de LS dos filhos, as suas habilidades são importantes, visto que as decisões que tomam podem ter impacto na saúde e no bem-estar de outros membros da família, apresentando um papel vital na promoção da saúde das crianças e adolescentes (ESTACIO; NATHAN, 2020).

SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES E LETRAMENTO

Diversos problemas no âmbito da saúde mental surgem no final da infância e podem contribuir de modo significativo na carga global de doenças, produzindo desfechos adversos que podem se estender até a idade adulta se não forem tratados. Esses efeitos podem ser acentuados em países de baixa e média rendas, onde ainda existem grandes déficits de tratamento desses agravos (BROOKS *et al.*, 2021).

Em todo o mundo, cerca de 10% a 20% desses problemas em saúde mental atingem crianças e adolescentes (KIELING *et al.*, 2011; WHO, 2012). Como relata o estudo de Kessler e colaboradores (2005), o primeiro episódio pode ocorrer antes dos 14 anos de idade, e cerca de metade dos casos que ocorrem ao longo da vida parece se estabelecer nessa idade. Vale ressaltar que os adolescentes apresentam diversos fatores de risco e transformações, e também podem ser afetados pelos estressores familiares e pelas consequências dramáticas às suas condições de saúde mental (DANESE; SMITH, 2020).

Apesar de existir um esforço para elevar os níveis de letramento em saúde mental (LSM) da população em geral e dos adolescentes, e de fato o LS tem aumentado crescente-

mente, os níveis baixos a moderados de LSM entre adolescentes ainda são apontados em alguns estudos (PEDREIRO, 2013; TAY; KLEINEN-YOBAS, 2018).

Nos últimos anos, tem havido um importante compromisso com o desenvolvimento de programas de promoção do LSM com o fim de melhorar a busca de conhecimento e a capacidade de reconhecer o sofrimento entre adolescentes. Ademais, esses programas têm demonstrado consequências positivas significativas por promoverem um reconhecimento precoce dos transtornos mentais, o que gera atitudes positivas em relação à doença mental, bem como a comportamentos de busca por ajuda (NOBRE *et al.*, 2021; SMKISS *et al.*, 2020).

Contudo, na revisão sistemática realizada por Mansfield, Patalay e Humphrey (2020), poucos artigos avaliaram o conhecimento da promoção de saúde mental, revelando a necessidade da emergência de programas de LS nessa área e de se considerar o estágio da vida, as demandas sociais e contextuais dos indivíduos. Nesse sentido, as escolas são constantemente identificadas como um ponto de acesso universal para adolescentes, representando uma importante oportunidade de incorporar iniciativas no campo da saúde mental e do bem-estar (AVILES; ANDERSON; DAVILA, 2006).

Adicionalmente, as escolas podem proporcionar um ambiente livre de estigma, onde adolescentes e pais/responsáveis podem participar fora dos serviços de saúde mental, como também fornecer aos estudantes oportunidades para desenvolver estratégias de autogestão de sua vida (MERRY; MOOR. *et al.*, 2015) e facilitar a abordagem de diversos problemas que podem impactar na saúde mental (atividade sexual precoce, pressão do grupo, uso de drogas, prevenção de acidentes e violência urbana) (ASSIS; AVANCI; DUARTE, 2015).

Outro local estratégico para intervenções voltadas a melhorar o LSM são os serviços de saúde. Entretanto, são muitos os entraves encontrados pelos adolescentes no cotidiano desses serviços, a saber: o precário acesso; a dificuldade dos profissionais em lidar com assuntos polêmicos como questões ligadas à sexualidade, com pouca divulgação de informações que favoreçam a adoção de práticas saudáveis de vida; a falta de reconhecimento do pessoal de saúde de que um dos seus papéis é a formação de cidadãos, frequentemente limitando-se ao atendimento estritamente técnico (ASSIS; AVANCI; DUARTE, 2015).

Por fim, em tempos de pandemia, o mundo enfrenta um grande problema de saúde pública. A prevalência de problemas de saúde mental na população geral, bem como em adolescentes e jovens (BIDDLE *et al.*, 2007; GULLIVER; GRIFFITHS; CHRISTENSEN, 2010), já era uma questão evidenciada que pode ser agravada. Os adolescentes podem ser afetados pelo isolamento social, e é possível existirem vulnerabilidades, como a situação socioeconômica desfavorecida, o histórico de doença mental e a vitimização infantil (LEWIS *et al.*, 2019), capazes de ampliar o impacto negativo da pandemia da Covid-19 na saúde mental dos adolescentes (DANESE; SMITH, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os adolescentes, é indiscutível a importância do LS, principalmente em saúde mental, haja vista que tais conhecimentos nessa fase ainda são incipientes. Problemas de saúde mental que atingem crianças e adolescentes podem se estender até a idade adulta, e com vários desfechos adversos e consequências danosas à integridade humana.

Nesse contexto, a inserção escolar e uma maior procura aos serviços de saúde preventivos mostram-se como atitudes que melhoram os índices de letramento funcional em saúde. Entretanto, no que tange aos serviços de saúde, ainda há muitos entraves que impossibilitam um maior acesso pelo público adolescente. Dessa forma, é fundamental que as escolas promovam ambientes favoráveis para um bom LS, livre de estigmas e com foco na saúde mental, como também na sexual e reprodutiva.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ-NIETO, C.; PASTOR-MORENO, G.; GRANDE-GASCÓN, M. L. *et al.* Sexual and reproductive health beliefs and practices of female immigrants in Spain: A qualitative study. **Reproductive health**, v. 12, n. 1, p. 1-10, 2015.

ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q.; DUARTE, C. S. Adolescência e saúde coletiva: entre o risco e o protagonismo juvenil. **Ciência & Saúde Coletiva [on-line]**, v. 20, n. 11, p. 3296, 2015.

AVILES, A. M.; ANDERSON, T. R.; DAVILA, E. R. Child and adolescent social-emotional development within the context of school. **Child and Adolescent Mental Health**, v. 11, n. 1, p. 32-39, 2006.

BARBOSA, F. K. M.; ARAÚJO, A. C. C.; NOGUEIRA, L. M. V. *et al.* Letramento em saúde de adolescentes sobre métodos contraceptivos. **Cogitare Enfermagem**, v. 25, 2020.

BAZARGANIPOUR, F.; FOROOZANFARD, F.; TAGHAVI, S. A. Evaluation of female youth educational needs about reproductive health in non-medical students in the City of Qom. **Journal of Family & Reproductive Health**, v. 7, n. 2, p. 67-72, 2013.

BIDDLE, L.; DONOVAN, J.; SHARP, D. Explaining non-help-seeking amongst young adults with mental distress: a dynamic interpretive model of illness behaviour. **Sociology of health & illness**, v. 29, n. 7, p. 983-1002, 2007.

BROOKS, H.; IRMANSYAH, I.; LOVELL, K. Improving mental health literacy among young people aged 11-15 years in Java, Indonesia: the co-development of a culturally-appropriate, user-centred resource (The IMPeTUs Intervention). **Child and adolescent psychiatry and mental health**, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2021.

CHAWŁOWSKA, E.; LIPIAK, A.; KRZYSZTOSZEK, J. Reproductive health literacy and fertility awareness among Polish female students. **Frontiers in public health**, v. 8, p. 499, 2020.

DANESE, A.; SMITH, P. Debate: Recognising and responding to the mental health needs of young people in the era of COVID-19. **Child and adolescent mental health**, v. 25, n. 3, p. 169-170, 2020.

ESTACIO, E. V.; NATHAN, L.; PROTHEROE, J. Celebrating the health literacy skills of parents: A photovoice study. **Journal of health psychology**, v. 25, n. 10-11, p. 1522-1531, 2020.

GARCIA-RETAMERO, R.; COKELY, E. T.; GHAZAL, S.; JOERIS, A. Measuring graph literacy without a test: a brief subjective assessment. **Medical Decision Making**, v.36, n. 7, 2016.

GULLIVER, A.; GRIFFITHS, K. M.; CHRISTENSEN, H. Perceived barriers and facilitators to mental health help-seeking in young people: a systematic review. **BMC psychiatry**, v. 10, n. 1, p. 1-9, 2010.

HERNANDEZ, L. M. (Ed.) **Health literacy: Improving health, health systems, and health policy around the world: Workshop summary**. National Academies Press, 2013.

JOSEPH, P.; FLEARY, S. A. "The Way you Interpret Health": Adolescent Definitions and Perceptions of Health Literacy. **Journal of School Health**, 2021.

KESSLER, R.C.; BERGLUND, P.; DEMLER, O. *et al.* Lifetime prevalence and age-of-onset distributions of DSM-IV disorders in the National Comorbidity Survey Replication. **Archives of general psychiatry**, v. 62, n. 6, p. 593-602, 2005.

KIELING, C.; BAKER-HENNINGHAM, H.; BELFER, M. *et al.* Child and adolescent mental health worldwide: evidence for action. **The Lancet**, v. 378, n. 9801, p. 1515-1525, 2011

KOCH-WESER, S.; RUDD, R. E.; DEJONG, W. Quantifying word use to study health literacy in doctor–patient communication. **Journal of health communication**, v. 15, n. 6, p. 590-602, 2010.

LOPES, E.; BOLLWEG, T. M.; BRÖDER, J. *et al.* Generic health literacy measurement instruments for children and adolescents: a systematic review of the literature. **BMC Public Health**, v. 18, n. 1, p. 2-19, 2018.

MANGANELLO, J. A. Health literacy and adolescents: a framework and agenda for future research. **Health Education Research**, v. 23, n. 5, p. 840-847, 2008.

MANSFIELD, R.; PATALAY, P.; HUMPHREY, N. Uma revisão sistemática da literatura da conceituação existente e medição da alfabetização em saúde mental na pesquisa de adolescentes: desafios atuais e inconsistências. **BMC Public Health**, v. 20, n. 607, 2020.

MARTINS-REIS, V. O.; SANTOS, J. N. **Maximização do letramento em saúde e recordação do cliente em um contexto em desenvolvimento: perspectivas do fonoaudiólogo e do cliente.** 2012.

MERRY, S. N.; MOOR, S. *et al.* School-based mental health interventions. In: THAPAR A.; PINE, D. J.; TAYLOR, J. F. *et al.* **Rutter's Child and Adolescent Psychiatry.** London: John Wiley & Sons, 2015.

MOODI, M.; MIRI, M.; SHARIFIRAD, G. R. The effect of instruction on knowledge and attitude of couples attending pre-marriage counseling classes. **Journal of education and health promotion**, v. 2, 2013.

MORAES, K. L.; BRASIL, V. V.; MIALHE, F. L. *et al.* Validação do Health Literacy Questionnaire (HLQ) para o português brasileiro. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, 2021.

NERY, I. S; FEITOSA, J. J. D. M.; SOUSA, À. F. L. D.; FERNANDES, A. C. N. Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, p. 287-292, 2015.

NOBRE, J.; OLIVEIRA, A. P.; MONTEIRO, F.; SEQUEIRA, C.; FERRÉ-GRAU, C. Promotion of mental health literacy in adolescents: a scoping review. **International journal of environmental research and public health**, v. 18, n. 18, p. 9500, 2021.

NUTBEAM, D. Health literacy as a public health goal: a challenge for contemporary health education and communication strategies into the 21st century. **Health Promotion International**, v.15, n.3, p. 259–267, 2000.

NOURI, S. S.; RUDD, R. E. Health literacy in the ‘oral exchange’: an important element of patient-provider communication. **Patient Education and Counseling**, v. 98, p. 565-571, 2015.

PASSAMAI, M. P. B.; SAMPAIO, H. A. C.; DIAS, A. M. I.; CABRAL, L. A. Letramento funcional em saúde: reflexões e conceitos sobre seu impacto na interação entre usuários, profissionais e sistema de saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, p. 301-314, 2012.

PATEL, S.; DOWSE, R. Understanding the medicines information-seeking behaviour and information needs of South African long-term patients with limited literacy skills. **Health Expectations**, [S.L.], v. 18, n. 5, p. 1494-1507, 2013.

PEDREIRO, A. **Literacia em saúde mental de adolescentes e jovens sobre pressão e abuso de álcool.** Tese de Mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2013.

RIISER, K.; HELSETH, S.; HARALDSTAD, K. *et al.* Adolescents' health literacy, health protective measures, and health-related quality of life during the Covid-19 pandemic. **PLoS One**, v. 15, n. 8, p. e0238161, 2020.

ROCHA, P. C.; ROCHA, D. C.; LEMOS, S. M. A. Letramento funcional em saúde na adolescência: associação com determinantes sociais e percepção de contextos de violência. **CoDAS**, v. 29, n. 4, 2017.

ROCHA, P. C.; LEMOS, S. M. A. Aspectos conceituais e fatores associados ao letramento funcional em saúde: revisão de literatura. **Revista CEFAC**, v. 18, p. 214-225, 2016.

ROCHA, M. R.; SANTOS, S. D. D., MOURA, K. R. D. *et al.* Health literacy and adherence to drug treatment of type 2 diabetes mellitus. **Escola Anna Nery**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 1-7, 2019.

SAMPAIO, H. A. C.; CARIOCA, A. A. F., SABRY, M. O. D. *et al.* Letramento em saúde de diabéticos tipo 2: fatores associados e controle glicêmico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 3, p. 865-874, 2015.

SANTOS, M. I. P. O.; PORTELLA, M. R.; SCORTEGAGNA, H. D. M.; SANTOS, P. C. S. D. Letramento funcional em saúde na perspectiva da enfermagem gerontológica: revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 18, n. 3, p. 651-664, 2015.

SHAYGANMEHR, A.; HAZRATIAN, F. Studying and comparison of health literacy among smokers and non-smokers students in Shahid Beheshti University of Medical Sciences in 2016. **Journal of Health Literacy**, v. 2, n. 4, p. 216-222, 2018.

SILVA, M. A. I.; MELLO, F. C. M. D., MELLO, D. F. D. *et al.* Vulnerabilidade na saúde do adolescente: questões contemporâneas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 619-627, 2014.

SIMKISS, N.J.; GRAY, N.S.; MALONE, G. *et al.* Improving mental health literacy in year 9 high school children across Wales: a protocol for a randomised control treatment trial (RCT) of a mental health literacy programme across an entire country. **BMC Public Health**, v. 20, n. 727, 2020.

TAY, J. L.; TAY, Y. F.; KLAININ-YOBAS, P. Mental health literacy levels. **Archives of Psychiatric Nursing**, v. 32, n. 5, p. 757-763, 2018.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Promoting Health and Development: Closing the Implementation Gap. Proceedings of the 7th Global Conference on Health Promotion.** World Health Organization: Nairobi, Kenya, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Health literacy: the solid facts.** WHO Regional Office for Europe: Copenhagen, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Adolescent Mental Health: Mapping Actions of Nongovernmental Organizations and Other International Development Organizations.** World Health Organization: Geneva, Switzerland, 2012.

buqui

www.editorabuqui.com.br